

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Centro de Ciências Humanas e Naturais  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGG)

Filipe Barreto Franchini

**A produção do espaço livre público do Parque da Prainha em Vila Velha – Espírito Santo: disputa territorial em projetos urbanos.**

Vitória – 2016

**Filipe Barreto Franchini**

**A produção do espaço livre público do Parque da Prainha em Vila Velha – Espírito Santo: disputa territorial em projetos urbanos.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia – Nível Mestrado da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Geografia. Prof. Dr<sup>a</sup>. Eneida Mendonça.

Vitória – 2016

# **A produção do espaço livre público do Parque da Prainha em Vila Velha – Espírito Santo: disputa territorial em projetos urbanos.**

Filipe Barreto Franchini

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Eneida Mendonça (Orientadora.) UFES

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Doralice Sátyro Maia. (UFPB)

---

Prof. Dr. José Francisco Bernadino Freitas. (UFES)

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

F816p Franchini, Filipe Barreto, 1987-  
A produção do espaço livre público do Parque da Prainha em Vila Velha–Espírito Santo : disputa territorial em projetos urbanos / Filipe Barreto Franchini. – 2016.  
99 f. : il.

Orientador: Eneida Maria Souza Mendonça.  
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Espaços públicos. 2. Planejamento urbano. 3. Parques urbanos. 4. Território. I. Mendonça, Eneida Maria Souza. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

---

## Agradecimentos

Penso que cada pessoa é capaz de ter um olhar particular em enxergar o mundo que a cerca e, assim, buscar formas para entendê-lo. A particularidade acontece na formação/criação de cada um e, por isso, começo agradecendo a minha mãe e ao meu pai, por todos os ensinamentos e valores que tive e que me ajudaram a ser a pessoa que sou hoje. Agradeço a eles, também, por todos os dias em que não tive que cozinhar durante essa pesquisa, caso contrário, aliás, melhor nem pensar. A paciência suprema da minha irmã nos meus momentos de estresse precisa ser lembrada.

Expresso a minha gratidão a Professora Eneida por todo apoio e empenho durante as etapas da pesquisa, principalmente pela agilidade sobrenatural em responder minhas dúvidas.

Faço um agradecimento enorme a todos os amigos e amigas que deram o apoio necessário para que eu conseguisse desenvolver o trabalho, em especial a turma de Pós-Graduação em Geografia da UFES-2014.

Agradeço a toda experiência que tive a oportunidade de vivenciar e partilhar no Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da UFES – NAU-UFES.

Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por oportunizar a realização dessa pesquisa como aluno bolsista.

## RESUMO

A presente pesquisa trabalha com o objetivo de investigar a produção do espaço livre público do Parque da Prainha, em Vila Velha, Espírito Santo, centralizada no período de 1989, ano de construção do Parque, até 2016, desvelando o processo de construção, demolição e possível reconstrução do Parque. A metodologia utilizada envolveu estudo bibliográfico relativo ao tema relacionado à produção do espaço e ao espaço público, pesquisa documental realizada em arquivos e bibliotecas públicas e entrevistas com pessoas-chave como os arquitetos, autores de projetos para o Parque, os gestores, que representam o Poder Público; os moradores do bairro, organizados na Associação de Moradores; os pescadores e representantes do setor privado organizados na Associação de Empresários com interesse na área do espaço livre público do Parque da Prainha. As entrevistas são relativas à história de ocupação urbana de Vila Velha, à execução do aterro e ao Parque da Prainha. A investigação se desenvolveu por meio da identificação dos agentes sociais que atuam na constante produção do espaço livre público do Parque da Prainha, principalmente a Associação de Moradores; Associação de Empresários; o Grupo Pesqueiro, envolvendo a Cooperativa de Pesca e a Colônia de Pesca, e o Poder Público Municipal e Estadual. As constatações deste estudo revelam que a construção do Parque em 1989 está relacionada às ações da Associação de Moradores, do Grupo de Pesca e do Poder Público Estadual durante a década de 1980. Após 19 anos de funcionamento, o descaso com a manutenção das estruturas do Parque, os problemas apontados pela Associação de Moradores, como a insegurança, e o interesse da Associação de Empresários em construir um parque novo que desse suporte às práticas turísticas e ao turismo de negócios foram justificativas que apareceram para fundamentar a demolição do Parque em 2009. Em 2016, passados 7 anos desde a demolição, o Parque não foi reconstruído. Nesse sentido, foram ainda analisados na pesquisa, três projetos arquitetônicos urbanos de reconstrução do Parque da Prainha. Os projetos apresentam um forte viés econômico voltado para o desenvolvimento e para o suporte das atividades turísticas, não apenas aquela vinculada à visitação do sítio histórico ou da atividade religiosa que caracteriza o bairro da Prainha, mas ao fortalecimento do turismo de eventos.

Palavras-chaves: Espaço livre público, território e empreendedorismo de Estado.

## ABSTRACT

The research here presented works with the goal of investigating the making of the open space of public use in Parque da Prainha, located in Vila Velha, Espírito Santo, during the period of 1989, the year the park was built, up to 2016, revealing the process of building, demolition and a possible subsequent rebuilding of the park. The methodology used in this paper involved a bibliographic study regarding the production of space and public space, documentary research in archives and public libraries, as well as interviews with key-persons related to the history of urban occupation in Vila Velha, to the execution of the landfill and to the Prainha Park. The investigation was developed by the identification of the social agents that act upon the constant production of the open space of public use in Prainha Park, primarily the Residents' Association; Business Association; the Fishery Groups, embarking both the Fishery Cooperative and the Fishing Colony, and the Public Power in the form of State and Municipalities. The findings in this paper reveal that the Park construction in 1990 is related to the actions of the Residents' Association, Fishery Group and the State Public Power during the 80's decade. After working for 19 years, the disregard towards the Park's maintenance, the problem pointed by the Residents' Association, like insecurity, and the interest of the Business Association to build a new Park that supports touristic practices and the tourism businesses are explanations that rise to justify the Park's demolition in 2009. In 2016, 7 years have gone by since the demolition and the Park has not been rebuilt. For that matter, 3 urban architectural projects for rebuilding the Prainha Park were analyzed in this research. The projects show a strong economic bias towards the development and the support of touristic activities, not only the ones associated to the visitation of the historical site or the religious activities that characterizes the Prainha neighborhood, but also the strengthening of the tourism of events.

Keywords: Free Open Space, territory and State Entrepreneurship.

## **LISTA DE FIGURAS.**

Figura 1: Bairro Prainha – Vila Velha – ES: destaque dos locais de pesquisa.	20
Figura 2: comparação da Prainha em 1936 e 2016.	21
Figura 3: Parque da Prainha – Fevereiro – 2016.	23
Figura 4: Praça da Bandeira e Praça Tamandaré. Foto capturada da Igreja do Rosário – Fevereiro – 2016.	24
Figura 5: Igreja Nossa Senhora do Rosário – fevereiro 2016.	25
Figura 6: Praça Otávio de Araújo – fevereiro 2016	26
Figura 7: Convento da Penha – Vila Velha, fevereiro 2016.	27
Figura 8: Casa da Memória, bairro Prainha, Vila Velha - fevereiro 2016.	28
Figura 9: Museu Homero Massena – Prainha – Vila Velha Fevereiro 2016.	29
Figura 10: Centro comercial de pescado – Parque da Prainha, Vila Velha, fevereiro 2016.	30
Figura 11: Prainha 1903, Igreja do Rosário ao fundo.	36
Figura 12. Coreto do Jardim Público da Prainha com a Igreja do Rosário ao fundo.	37
Figura 13: Jardim Dr. Athayde, atual Praça da Bandeira. - Reforma de 1937-1943.	39
Figura 14: Praça Otávio de Araújo – Construção de 1937-1943.	40
Figura 15: Bairro Prainha – Praça da Bandeira e Otávio de Araújo.	42
Figura - 16. Festa da Penha durante a década de 1920, Cais dos Padres – Prainha, Vila Velha.	43
Figura - 17. Enseada da Prainha na década de 1930.	44
Figura 18 – Prainha de Vila Velha – Fotografia tirada do Convento da Penha. Sem data.	46
Figura 19 – Vista aérea da Prainha Vila Velha – Final da década de 1950.	47
Figura 20 – Enseada da Prainha – Início de 1970.	48
Figura 21 – Processo de aterramento da enseada da Prainha. Fevereiro de 1980.	50

Figura 22 – Aerofotografia do aterro da Prainha construído em maio de 1986.	51
Figura 23 – Projeto Parque da Prainha – 1989 – Arquiteto Gregório Repsold.	59
Figura 24: Visão geral Parque da Prainha - 1990.	60
Figura 25: restaurante do Parque da Prainha.	61
Figura 26: Estrutura metálica colorida.	61
Figura 27: Parque da Prainha, área de lazer infantil.	62
Figura 28 – Parque da Prainha, área de lazer infantil – 1997.	65
Figura 29 – Projeto do Parque da Prainha 2 – Feuarquitetura – 2007.	68
Figura 30 – Projeto do Parque da Prainha 2 – Feuarquitetura – 2007.	69
Figura 31 – Demolição do Parque da Prainha – 2009.	70
Figura 32: Estrutura para a prática de bocha. Parque da Prainha – 2016.	71
Figura 33 – Projeto arquitetônico urbano “Uma Vila Moderna” – Sandro Pretti 2009.	73
Figura 34 – Projeto arquitetônico urbano “Uma Vila Moderna” – Sandro Pretti 2009.	74
Figura 35 - Tabela de faturamento médio anual equivalente do investimento.	77
Figura 36 – Projeto Prainha – Centro de apoio ao romeiro– Sandro Pretti.	85
Figura 37 – Projeto Parque da Prainha – Sandro Pretti 2013.	86
Figura 38 – Projeto Prainha – Memorial da Cidade e Pista de Skate – Sandro Pretti.	87
Figura 39 – Projeto Prainha - Pavilhão Mar – Sandro Pretti.	89
Figura 40 – Projeto Prainha – Esplanada com estátuas – Sandro Pretti.	90
Figura 41 – Projeto Prainha – Área da Esplanada – Sandro Pretti.	90

## **SUMÁRIO.**

1	CAMINHOS DA PESQUISA SOBRE O ESPAÇO LIVRE PÚBLICO DO BAIRO PRAINHA.	11
1.1	Introdução.	12
1.1.2	Fundamentação teórica.	14
1.2	O bairro da Prainha na atualidade	20
2	ANÁLISE HISTÓRICA DA APROPRIAÇÃO E DAS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS NO ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRO DA PRAINHA.	33
2.1	A construção do grande aterro na Prainha.	46
3	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO LIVRE PÚBLICO DO PARQUE DA PRAINHA NA ÁREA DE ATERRO.	53
3.1	A construção do Parque da Prainha em 1989.	54
4	O ESPAÇO LIVRE PÚBLICO DO PARQUE DA PRAINHA: ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS E UMA POLÍTICA DE ESTADO EMPREENDEDORA.	64
5	REFLEXÕES FINAIS.	92
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

## **CAPÍTULO 1**

### **CAMINHOS DA PESQUISA: O ESPAÇO LIVRE PÚBLICO NO BAIRRO PRAINHA.**

## 1.1 INTRODUÇÃO

O município de Vila Velha, que compõe o estado do Espírito Santo, faz parte da Região Metropolitana da Grande Vitória e encontra-se inserido em uma série de dinâmicas que se imiscui no processo de urbanização.

Tal urbanização considera o processo social enraizado espacialmente na cidade. A ação social é responsável pela produção e transformação dos diferentes espaços que compõem a urbe.

O bairro da Prainha, inserido no município de Vila Velha, é o local onde se deu a fundação da cidade, e a própria colonização do território espiritosantense pelos portugueses a partir de 1535, passando por transformações ao longo do seu desenvolvimento histórico.

Atualmente o bairro se encontra em mais um processo de mudança na sua configuração espacial. Trata-se da reconstrução do espaço livre público do Parque da Prainha. O antigo, inaugurado em 1990, foi demolido em 2009.

A escolha do espaço livre público do Parque como objeto de pesquisa se fortalece então, a partir do momento de sua demolição em 2009, restando apenas uma imensa área aberta, que foi posteriormente gramada, com dois campos de futebol, um local de venda do pescado, um estacionamento e um posto policial, sendo esta a configuração que permanece atualmente. O parquinho das crianças, os quiosques, o restaurante, o terminal aquaviário, o palco para apresentações, foram todos demolidos.

Para entender o processo de transformação que se dá atualmente no Parque da Prainha foi preciso estender o espaço temporal da pesquisa, visto que identificou-se a necessidade de compreender como se deu a construção em 1989: quem participou do projeto arquitetônico urbano? Quais foram as demandas? Quais as intenções de construir o que foi construído?

Dessa forma, a presente pesquisa trabalha com a produção do espaço livre público do Parque da Prainha, centralizada no período de 1989 até 2016 com o objetivo de investigar as ações sociais que atuam na produção do espaço livre público do Parque.

A hipótese é de que a demolição do Parque em 2009 foi uma oportunidade para criar as condições necessárias a construir uma nova estrutura espacial que funcionasse como apoio para sustentar os objetivos e compromissos de um grupo social específico atuante na cidade de Vila Velha, algo que o Parque da Prainha inaugurado em 1990 não dava suporte.

A pesquisa é desenvolvida então, com o aporte metodológico que busca entender o processo que consolidou a construção do primeiro Parque da Prainha em 1989, sua a demolição em 2009, e os projetos urbanos em discussão para a reconstrução do espaço livre público do Parque. Assim, foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- A descrição histórica entre 1900 a 1980, por meio de fotografias, aerofotografias, documentos oficiais e relatos das transformações do espaço livre público das praças do bairro, assim como, as dinâmicas socioespaciais, com a apropriação e o uso dos espaços públicos, que aconteceram na Prainha antes da maior mudança que o bairro enfrentou: o aterro da enseada iniciado em 1970 que deu origem à área onde hoje se encontra o Parque.
- Entrevistas com pessoas chave no sentido de haver vínculos relacionados aos processos de produção do espaço público na Prainha, destacando-se: os moradores do bairro organizados na Associação de Moradores da Prainha; Gregório Repsold, arquiteto, autor do projeto do Parque da Prainha de 1989; Sandro Pretti, arquiteto, autor de dois projetos arquitetônicos para reconstrução do Parque da Prainha entre 2009 e 2013; o ex-prefeito de Vila Velha, Neucimar Fraga, para identificar a versão da sua gestão, justificando a demolição do Parque em 2009; o Secretário de Cultura de Vila Velha no período 2013-2016; Leonardo Monjardim, cujo intuito foi buscar desvelar o interesse do Poder Público com a reconstrução do Parque; o presidente da Cooperativa de Pesca e os membros da Colônia Pesqueira com o intuito de documentar a relação desses agentes no que se refere ao uso do espaço público do Parque; e Grazielle Fraga Reis, responsável pelo setor da área de turismo da Associação de Empresários de Vila Velha.

- Pesquisas em reportagens no jornal A Gazeta – Vitória, 26 de maio de 1985, na Revista Instituto Jones do Santos Neves – Jul/Set 1987 e na Revista Agora – Jun/Jul de 1988 contextualizaram formas de apropriações e sociabilidades nos espaços públicos do bairro, que servem de apoio para entender o processo de construção do Parque em 1989.
- Como se trata de um Parque que está em processo de reconstrução, a presente pesquisa trabalha com os projetos urbanos, tendo nesse sentido, identificados três projetos: o projeto Feuarquitetura de 2007, o projeto “Uma Vila Moderna” de iniciativa da Associação dos Empresários de Vila Velha – 2009 a 2012, de autoria do arquiteto Sandro Pretti e o projeto Parque da Prainha, também de autoria do arquiteto Sandro Pretti, em 2013.

### **1.1.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.**

Para desenvolver a pesquisa se fez necessário construir um fundamento teórico conceitual que permitisse entender as correlações existentes na transformação do espaço livre público do Parque da Prainha.

De modo geral, os processos sociais na cidade são responsáveis pela própria produção e pela sua transformação. Trata-se aqui de formas construídas, de um conjunto de espaços construídos que servem de suporte para uma determinada dinâmica social que resulta numa configuração espacial específica. O espaço público do Parque da Prainha, nesse sentido, é estabelecido como palco dos processos sociais. Dessa maneira as práticas sociais aparecem como meio para compreender as transformações que perpassam no Parque. Leite (2007) afirma:

"Uma noção de espaço público, portanto, que não considere as práticas interativas entre os agentes envolvidos em sua construção social, estaria apenas se referindo ao espaço urbano; assim como a noção que prescinde de uma referência espacial para as ações interativas entre os agentes seria uma esfera pública." (LEITE, 2007, p. 199-200).

Nessa perspectiva de espaço público aparece a noção de espaço livre na qual Queiroga (2004) define:

"[...] considera-se espaço livre todo espaço não ocupado por edifícios, espaço aberto zenitalmente, independente da maior ou menor presença de elementos

naturais, de contar ou não com a presença de vegetação, ser urbano ou rural, sendo propriedade pública ou privada, destinado a pedestres, aos veículos, à preservação de ecossistemas e outros fins assemelhados. São, portanto, exemplos de espaços livres, entre outros: as ruas, praças, parques, como também os quintais, pátios e estacionamentos descobertos, os lotes vagos, glebas, rios e represas, áreas cultivadas, pastagem, florestas, mangues e dunas." (QUEIROGA, 2004, p.86.)

Nesse sentido, o objeto de pesquisa trabalhado aqui é uma categoria de espaço livre na cidade. Trata-se do espaço livre público do Parque da Prainha que serve de matéria prima para desenvolver as análises.

A perspectiva geográfica de pesquisa no espaço público deve levar em conta a sua configuração física, assim como, as dinâmicas sociais que se desenvolvem no local. Sendo assim, o espaço público “passa então a ser visto como um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais”. (GOMES. 2012, p.172)

As práticas sociais, por sua vez, produzem espacialidades em consonância com os objetivos e interesses dos agentes atuantes no local.

No que diz respeito aos agentes da produção do espaço urbano, trabalha-se nesta pesquisa, na perspectiva adotada por Vasconcelos (2011):

[...] o uso da noção de agentes sociais parece ser bastante rico para o entendimento das cidades brasileiras, na medida em que “agentes” não capitalistas podem ser incluídos nas análises, o que permite, entre outras possibilidades, a sua utilização no presente e no passado. De qualquer maneira, agente não é uma noção passepartout, tendo maior aplicação em certos domínios, como o estudo do mercado fundiário e imobiliário urbano, assim como o dos movimentos sociais urbanos, conforme a literatura examinada. (VASCONCELOS, 2011, p. 92-93).

Ao se tratar da produção do espaço livre público do Parque da Prainha, o papel dos agentes é fundamental para compreender as transformações realizadas e as que se pretende realizar, visto que cada agente busca encontrar na área do Parque, estruturas que deem suporte as suas intenções.

Foram identificados quatro agentes sociais com interesse direto na reconstrução do Parque da Prainha: a Associação de Moradores da Prainha, Associação de Empresários de Vila Velha, o

Poder Público e o Grupo Pesqueiro com a Cooperativa de Pesca e a Colônia de Pesca. A seguir, apresenta-se a descrição de cada um desses agentes.

A Associação de Moradores da Prainha é atuante no bairro desde a década de 1980, quando deu início ao processo de diálogo da comunidade junto ao Poder Público Estadual, que resultou na construção do primeiro Parque da Prainha em 1989, e esteve presente no ato de demolição desse mesmo Parque em 2009. Sendo assim, a Associação de Moradores tem um papel justificável para a pesquisa como um agente da produção do espaço livre público do Parque da Prainha por suas ações diante das mudanças que aconteceram na área do Parque.

A Associação de Empresários de Vila Velha tem um plano de ação que permeia todo o território do município. O Parque da Prainha é apenas um braço dos projetos que aparecem no Plano de Desenvolvimento Sustentável – 2010.

O documento produzido com apoio do Governo Municipal de Vila Velha, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Conselho Operacional da Associação dos Empresários, mostra as intenções dos empresários e o grau de integração com o Poder Público.

Além do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha, a Associação dos Empresários criou um projeto arquitetônico urbano para o novo Parque da Prainha, deixando evidente a expectativa do empresariado com relação ao espaço livre público do Parque da Prainha.

Assim, a Associação dos Empresários, enquanto agente social atuante na área de estudo da Prainha se justifica por ter uma agenda própria com relação ao espaço livre público do Parque e pelo seu nível de integração com o Poder Público Municipal.

O Poder Público, envolvendo o Município e o Estado, atuou na produção do espaço livre público do Parque da Prainha durante a década de 1980 no sentido de viabilizar a sua construção.

O papel do Poder Público em 2009 ocorreu no sentido de demolir o Parque inaugurado em 1990 com a intenção de reconstruir outro no local. A gestão do espaço livre público é distinta nos diferentes períodos e a pesquisa trabalha no intuito de esclarecer esse processo.

Os agentes relacionados à pesca foram agrupados na pesquisa como Grupo Pesqueiro por dividirem um interesse em comum.

Tanto a Cooperativa de Pesca quanto a Colônia de Pesca não deixariam o espaço que ocupam atualmente na área do Parque destinado a venda do pescado, visto que se trata de um local já conhecido por aqueles que buscam comprar frutos do mar. Então, há um peso econômico nessa decisão.

A Cooperativa de Pesca funciona em um espaço edificado onde são realizadas todas as etapas relacionadas à atividade pesqueira: produção de gelo em escala industrial, área para descarregamento e processamento dos peixes e local de venda. A Colônia de Pesca é formada por pescadores independentes que vendem o pescado para empresas privadas atuantes dentro do Parque.

As práticas de cada um desses agentes que atuam na produção do espaço livre público do Parque da Prainha, em Vila Velha, estabelecem uma relação territorial em suas ações. Souza (2000) com relação ao território afirma:

“Sem dúvida, sempre que houver homens em interação com o espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém.” (SOUZA. 2007, p.96.)

O conceito de território, além de abarcar os aspectos econômicos, serve, também, para revelar a dimensão sociocultural na produção do espaço público do Parque da Prainha, envolvendo, dessa forma, a seguinte perspectiva:

"...a ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, paisagem)." (SOUZA. 2007, p. 84. In: CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2007. 352 p.)

Nessa mesma linha Costa (2007) defende:

"o território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de "controle simbólico" sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação)" (COSTA. 2007, p. 94.)

Sendo assim, o objeto de estudo: as transformações do espaço livre público no Parque da Prainha está intrínseco às ações dos agentes que atuam no bairro, buscando territorializar suas intenções e apropriações, o que pode implicar em mudanças na estrutura do Parque e na maneira em que a vivência e a sociabilidade cotidiana acontecem.

Assim, são as ações realizadas pelos agentes que, ao produzir o espaço público, buscam consolidar suas territorialidades. Sobre a territorialização, Costa (2007) define:

"Significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo "poder" sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de "dominação" e "apropriação" ao mesmo tempo." (COSTA. 2007, p. 97).

O espaço livre público e o território estão indissociáveis nos estudos envolvendo o Parque da Prainha, visto que:

"Espaço público se traduz como uma figura socioespacial que simboliza uma expressão coletiva, constituindo-se a partir de uma territorialidade que lhe é inerente e que, assim, pode ser qualificado como território, não como um espaço tão somente - ou mesmo um lugar -, definido pela produção social do espaço segundo diferentes agentes, processos e escalas nas esferas públicas e políticas das relações sociais." (TROMPOWSKY. 2008, p. 18. In: VAZ; ANDRADE; WELCH GUERRA, (Org.), 2008. 196 p.)

O espaço livre público do Parque da Prainha é o palco de diferentes territorializações por meio dos agentes sociais com suas intenções.

O processo de reconstrução do Parque deixou à mostra conflitos territoriais que se manifestaram nas decisões sobre o que construir, o uso que a construção poderia ter e o que permaneceria ou seria retirado da área do Parque.

No que se refere ao conflito territorial Raffestin é categórico: “Toda produção do sistema territorial determina ou condiciona uma consumação deste” (RAFFESTIN. 1993, p. 161). A partir do momento em que ficar decidido o que será construído no espaço público do Parque, são determinados, intencionalmente, as maneiras de apropriação<sup>1</sup> que se espera ter como suporte na nova estrutura. A condição de conflito fica evidente, pois o novo Parque pode atender ou não as intenções dos agentes atuantes no espaço livre público do Parque da Prainha, assim como, novas maneiras de apropriação podem buscar se territorializar, alterando as já existentes.

Com o esclarecimento dos conceitos teóricos, o objetivo da pesquisa busca:

- Entender o histórico das ações territorializantes dos agentes sociais destacado na pesquisa para compreender suas intenções e de que maneira o espaço livre público da Prainha se coloca como suporte de tais ações.
- Analisar as diferentes intenções demonstradas por meio dos agentes sociais para a atual área do Parque com relação aos projetos urbanos do novo Parque da Prainha e conjecturar acerca das transformações no espaço livre público com impacto direto sobre a vivência e a sociabilidade no bairro.

A partir dessa premissa espera-se alcançar como resultado da pesquisa um entendimento da complexidade que envolve o espaço livre público do Parque da Prainha, bem como, as áreas públicas adjacentes que se encontram interligadas ao Parque e, assim, desvelando às ações territorializantes dos agentes sociais destacados na pesquisa.

---

<sup>1</sup> No sentido de que “A apropriação inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo e o prazer, que caracterizariam o homem como espontaneidade, como energia vital. Mas, essa energia vital tende a recuar à proporção que cresce a artificialidade do mundo; ela é reelaborada do ponto de vista humano, porque, atualmente, as relações de propriedade invadem domínios cada vez mais amplos da existência, alcançando costumes e alterando-os.” (SERPA. 2004, p. 33. GEOUSP, nº 15).

## 1.2 O BAIRRO DA PRAINHA NA ATUALIDADE.

A Prainha possui uma dinâmica que não se restringe ao próprio morador e aos bairros adjacentes. As atividades realizadas no âmbito religioso colocam o bairro em perspectiva nacional, como é o caso da “Festa da Penha”, realizada na área do espaço livre público do Parque da Prainha e no Convento da Penha (Figura 1), que tem como característica a manifestação religiosa em devoção à Nossa Senhora da Penha. A festa recebeu, em 2016, mais de um milhão de pessoas durante uma semana com atividades acontecendo no bairro da Prainha<sup>2</sup>.

A área do Parque da Prainha nem sempre foi da maneira como se encontra organizada atualmente. A Prainha entre 1936 e 2016, ilustrada em duas imagens na Figura 2, apresenta um amplo recorte histórico. Contudo, o intuito desta abordagem é questionar as mudanças realizadas no bairro que, posteriormente, vão levar à construção do Parque em 1989, a sua demolição em 2009 e aos novos projetos urbanos de reconstrução.

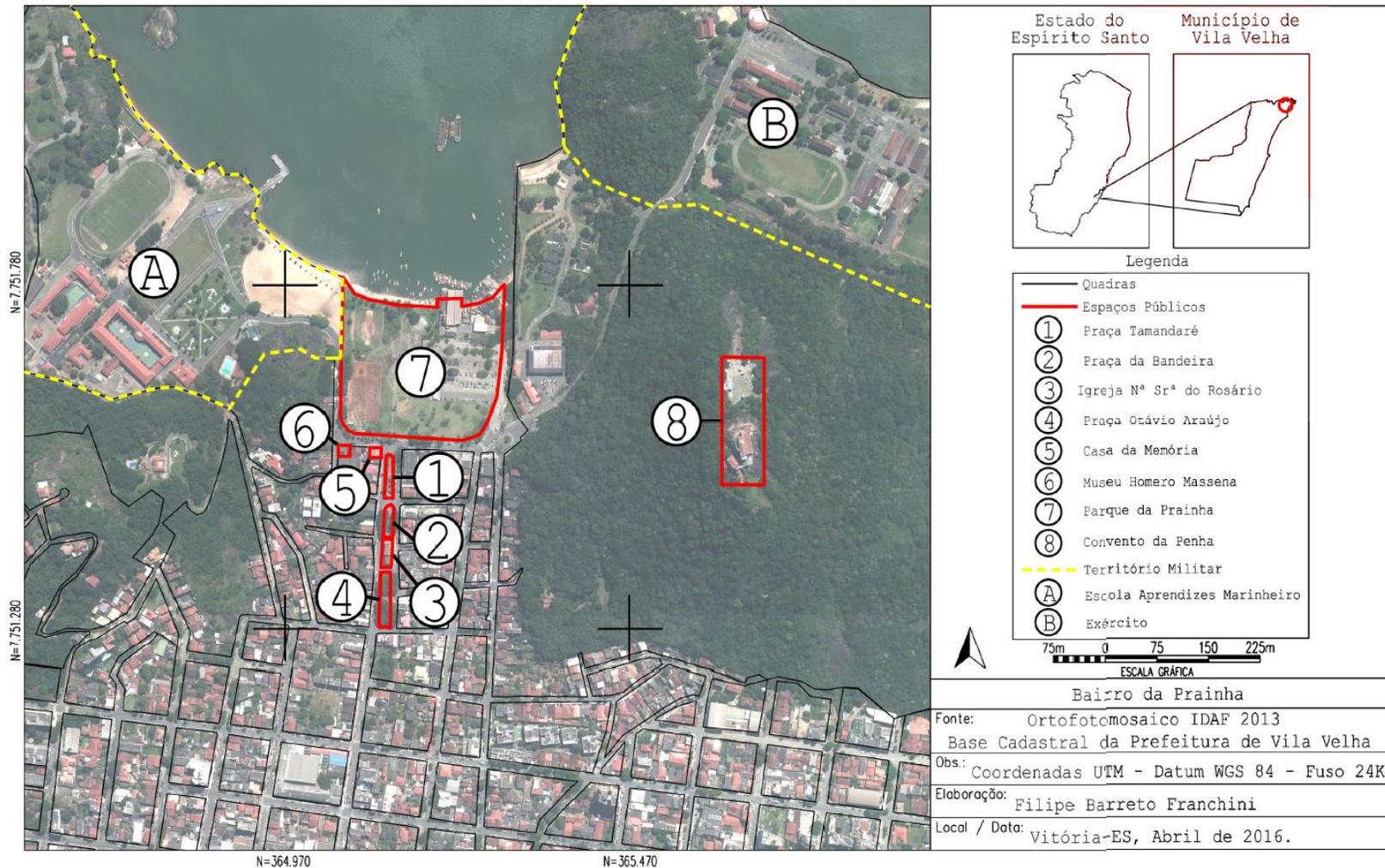
A enseada da Prainha, antes do grande aterro ser iniciado em 1970, era uma praia frequentada para o banho de mar e representava o local onde houve a chegada da caravela (SCHAYDER, 2002, p. 14) que deu início à fundação da cidade no século XVI e à ocupação do Espírito Santo, pelos portugueses.

O processo de aterramento da enseada foi um marco das transformações realizadas no bairro cujo motivo é investigado no decorrer da pesquisa, visto que enterrou parte de um processo histórico da formação do bairro e iniciou novas mudanças realizadas no seu espaço público.

---

<sup>2</sup> Dados segundo a Secretaria de Estado de Turismo acessado em 10/10/2016. <http://setur.es.gov.br/festa-da-penha-religiosidade-movimenta-turism>

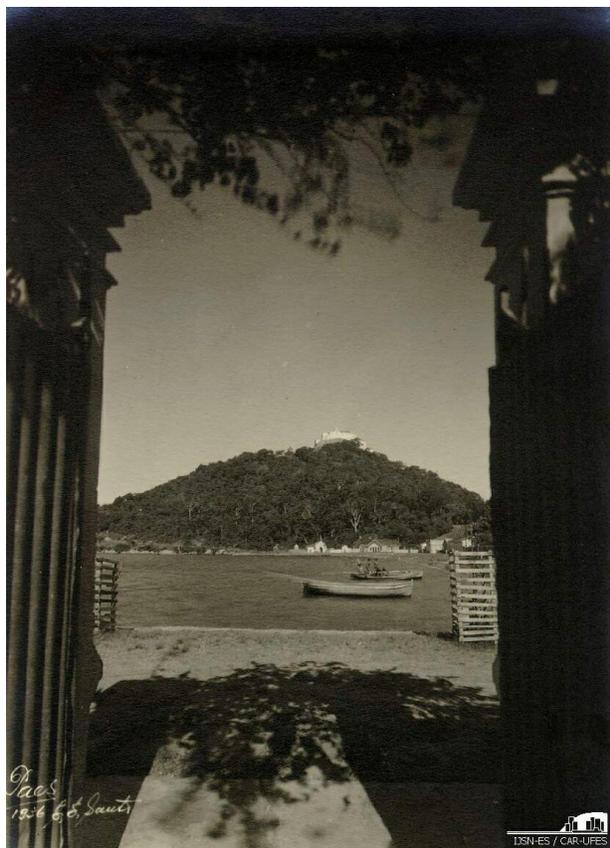
Figura 1: Bairro Prainha – Vila Velha – ES: destaque dos locais de pesquisa.



Fonte: FRANCHINI, Filipe B.

Figura 2: comparação da Prainha em 1936 e 2016.

Enseada da Prainha em 1936.



Parque da Prainha em 2016.



Fonte: Paes. 1936. Instituto Jones dos Santos Neves.

Fonte: FRANCHINI, Filipe B. 2016

Os espaços públicos que representam a Praça da Bandeira, Praça Tamandaré e a Praça Otávio de Araújo (Figura 1) passaram por diferentes configurações estruturais durante o período do século XX. Esses espaços públicos fazem parte de um tipo de projeto urbanístico que modernizou a cidade de Vila Velha, aspecto analisado no capítulo 2.

As diferentes práticas sociais que se territorializaram naqueles locais precisaram ser analisadas para que se pudesse entender o histórico da dinâmica socioespacial nos espaços públicos do bairro e saber se tais práticas permaneciam, influenciando a construção do Parque da Prainha de 1990.

A enseada da Prainha, hoje, faz parte da memória dos moradores que presenciaram seu aterro. Certamente o aterro mudou a paisagem do bairro, assim como, as formas de apropriação dos espaços públicos das praças. Com o término do aterro em 1980, a enseada desapareceu, tornando-se um imenso terreno vazio, entrando em contraste com as práticas anteriores, como o banho de mar, que passou a não ser mais possível.

Havia o interesse dos moradores do bairro para que fosse construído, na área do aterro, um Parque que atendesse às práticas sociais locais.

Somente em 1989 o governo do Estado atendeu à demanda dos moradores e entregou a obra do Parque concluída à população em 1990.

Após 19 anos de funcionamento, o Parque foi demolido na gestão municipal do prefeito Neucimar Fraga, deixando questões sobre o motivo dessa atitude. A pesquisa pretende desvelar as intenções que justificaram a demolição do Parque, assim como, examinar os projetos urbanos que apareceram para reconstruí-lo.

Segundo dados mais recentes, Vila Velha conta com uma população de 472.762 habitantes (IBGE, 2015), inserido em uma dinâmica urbana, envolvendo a circulação de pessoas e mercadorias, principalmente com os municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória: Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Fundão.

Com uma grande extensão de praia, Vila Velha acaba sendo um atrativo para banhistas. No entanto, a linha de praia formada com o aterro, no bairro da Prainha, não é um local apropriado para banho, mas é uma condição essencial para atracadouro de barcos de pesca que realizam suas atividades em alto mar. A venda do pescado na área do Parque da Prainha é conhecida, e atrai consumidores de diferentes localidades.

A seguir é feita a descrição dos elementos na área do bairro. O Parque da Prainha (Figura 3), atualmente, tem uma grande área de espaço público livre, gramada e com poucas árvores.

Figura 3: Parque da Prainha – Fevereiro – 2016.



Fonte: FRANCHINI, Filipe B.

Considerou-se necessário averiguar se, no aterro que originou a área do Parque, houve a extensão das práticas sociais já realizadas nos espaços públicos das praças do bairro.

Outras construções que têm um papel estratégico para as intenções dos agentes sociais atuantes na Prainha e entram na análise da pesquisa são: a Casa da Memória, o Museu Homero Massena, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, Convento da Penha e o local de compra e venda do pescado.

A Praça da Bandeira e a Praça Tamandaré (Figura 4) se estendem até o atual Parque da Prainha, onde, antes do aterro, começava a praia da enseada.

Figura 4: Praça da Bandeira e Praça Tamandaré. Foto capturada da Igreja do Rosário – Fevereiro – 2016.



Fonte: FRANCHINI, Filipe B.

Atualmente a área das Praças é frequentada para lazer, para estacionamento e para o trânsito de turistas que passam para conhecer a Igreja Nossa Senhora do Rosário (Figura 5).

As atividades que acontecem na Igreja também contribuem para atrair o público à Praça da Bandeira, principalmente antes e depois do culto ser realizado, à noite. No entorno dessa praça, além das residências, encontram-se o Fórum e a Defensoria Pública, que atraem a circulação de pessoas durante o dia.

Figura 5: Igreja Nossa Senhora do Rosário – fevereiro 2016.



Fonte: FRANCHINI, Filipe B.

A praça Otávio de Araújo (Figura 6) encontra-se na parte de trás da Igreja Nossa Senhora do Rosário, circundada por moradias, três bares, um restaurante e uma mercearia. A praça é bem conservada, com grandes árvores, jardins e bancos.

Figura 6: Praça Otávio de Araújo – fevereiro 2016.



Fonte: FRANCHINI, Filipe B.

A Igreja Nossa Senhora do Rosário e o Convento de Nossa Senhora da Penha (Figura 7), além de representar o símbolo de uma religiosidade no bairro da Prainha, contribuíram para transformar o bairro em um sítio histórico<sup>3</sup>. São duas estruturas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Esses dois símbolos, a Igreja do Rosário e o Convento da Penha, podem ser apropriados de outra maneira como, por exemplo, nas ações turísticas. Assim, no desenvolver da pesquisa, é analisada

---

<sup>3</sup> Trata-se de uma classificação aplicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que realizou dois tombamentos no bairro da Prainha relacionados a Igreja Nossa Senhora do Rosário e o Convento da Penha em 1943. Acesso em 10/10/2016 [http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema\\_consulta.asp?Linha=tc\\_hist.gif&Cod=1207](http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1207)

a maneira pela qual as apropriações, por meio da religiosidade e por meio turístico, impactam na configuração do novo projeto do Parque da Prainha.

Figura 7: Convento da Penha – Vila Velha, fevereiro 2016.



Fonte: <http://www.vilavelha.es.gov.br/nossahistoria>. Acessado em 10/10/2016.

A Casa da Memória (Figura 8) se encontra em uma edificação datada de 1893<sup>4</sup>, funciona com atendimento ao público por visita guiada, em que é apresentada uma perspectiva do desenvolvimento socioespacial da cidade de Vila Velha por meio de um acervo fotográfico e documental. Nesse mesmo local também acontecem as reuniões da Associação de Moradores do bairro.

---

<sup>4</sup> Fonte: Acervo da Casa da Memória.

Figura 8: Casa da Memória, bairro Prainha, Vila Velha - fevereiro 2016.



Fonte: FRANCHINI, Filipe B.

O Museu Homero Massena (Figura 9) se localiza na casa onde viveu o próprio artista plástico que pintou diversos cenários da paisagem capixaba, incluindo o da Prainha. A estrutura do museu, com a produção artística e cultural de Massena, assim como, a Casa da Memória, com seu acervo, foram tombados pela lei municipal 5.650 de 2015 que trata do Plano Municipal de Cultura de Vila Velha.

A partir do Plano Municipal de Cultura o município busca fortalecer a Prainha como sítio histórico e, ao mesmo tempo, enriquecer o catálogo de visitas turísticas dentro do bairro. É realizada uma análise aprofundada da Lei 5.650/2015 no capítulo 4, quanto à correlação entre a capacidade de realizar tombamentos como forma de agregar valor cultural e a possibilidade de oportunizar a realização do valor de troca por meio de ações turísticas.

Figura 9: Museu Homero Massena – Prainha – Vila Velha Fevereiro 2016.



Fonte: FRANCHINI, Filipe B.

Quanto à descrição dos locais, por fim, destaca-se a área de compra e venda de peixes (Figura 10) no Parque da Prainha que conta com três empresas privadas e a Cooperativa de Pesca, que comercializam o pescado. A função territorial envolvendo o centro comercial de pescado é investigada por meio da relação de trabalho entre o pescador e a venda dos peixes, visto que as ações do Grupo de Pescadores parecem ter um vínculo econômico e expansionista na área do Parque.

A seguir, finalizando-se esta introdução, estrutura-se a descrição dos capítulos desenvolvidos no decorrer da pesquisa.

Figura 10: Centro comercial de pescado – Parque da Prainha, Vila Velha, fevereiro 2016.



Fonte: FRANCHINI, Filipe B.

O capítulo dois da pesquisa analisa o bairro da Prainha em Vila Velha durante o contexto da primeira metade do século XX. É uma análise histórica cujo intuito é expor as sociabilidades nos espaços livres públicos e as transformações que decorreram antes do aterro. Assim, é possível identificar o lastro histórico-cultural que ajudou a construir o espaço público da Prainha e que tem grande impacto nas decisões de intervenção urbana na construção do novo Parque por parte da Associação de Moradores no bairro na atualidade.

No capítulo três, está organizada a produção do espaço livre público do Parque da Prainha de 1989 a 2009. O intuito é investigar as condições socioespaciais que deram início à construção do Parque no final da década de 1980, identificando os agentes sociais, o que foi construído e com quais intenções de uso.

No capítulo quatro são analisados os novos projetos arquitetônicos para o Parque da Prainha de 2009 a 2013, investigando a participação da Associação de Empresários, as considerações aos

novos projetos por parte da Associação de Moradores e Pescadores. Nesse capítulo buscou-se inquirir as ações do Poder Público Municipal dentro das perspectivas dos novos projetos urbanos.

No capítulo cinco é desenvolvida uma reflexão final sobre a situação, diante do que foi pesquisado, sobre o espaço livre público do Parque da Prainha.

## **CAPÍTULO 2**

### **ANÁLISE HISTÓRICA DA APROPRIAÇÃO E DAS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS NO ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRO DA PRAINHA.**

O bairro da Prainha é o mesmo em que se deu a fundação da cidade de Vila Velha com a chegada do donatário Vasco Fernandes Coutinho em 1535.

A Prainha era um local de águas calmas entre duas formações rochosas com mais de cem metros de altura: Morro da Penha e do Inhoá. Dessa forma, o bairro se encontra dentro de um fundo de vale.

“Foi nesse maravilhoso cenário, pródigo em belezas naturais, berço da nossa civilização, que aportou, em 23 de maio de 1535, num domingo consagrado pela Igreja ao Espírito Santo [domingo de Pentecostes] - daí a origem do nome da Capitania- o primeiro donatário.” (FREITAS, Duarte. [1970?], p.11.)

Após a chegada dos colonizadores, ainda no mesmo ano, foi construída a Igreja Nossa Senhora do Rosário que se encontra em atividade até hoje.

O processo de transformação das cidades, no Brasil, durante o final do século XIX e início do século XX, marca um período que caracteriza as mudanças modernizadoras.

Tais mudanças não foram uma iniciativa criada dentro de um padrão brasileiro de produzir as cidades. Siqueira (2008), no que se refere à tendência de reconstrução das cidades no Brasil, destaca que:

“No Brasil, a noção de modernidade tradicionalmente foi incorporada como algo que vem de fora, que deve ser apreciado e adotado. As ideias e os modelos externos gradativamente passam a se aclimatar na sociedade brasileira, sendo absorvidos num ideário de modernidade. A formação da concepção de modernidade no Brasil toma forma inspirada em tendências europeias e surge a partir das formulações geradas em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, principais centros econômico, político e cultural do Brasil no final do século XIX e início do século XX. Trata-se de um processo que se propagou pelas grandes capitais e que teve início com o advento da República, quando uma nova ordem política foi instaurada, tornando necessário adaptar as cidades ao crescimento do comércio e das atividades industriais de exportação.” (SIQUEIRA. 2008, p. 2)

Na perspectiva urbanista, a modernidade incumbiu-se do processo de remodelamento do espaço urbano a partir de uma nova expressão estética sob influência do modelo europeu.

O Brasil, ao seguir esse modelo de cidade, colocando como padrão os centros mais desenvolvidos da Europa, buscou interferir esteticamente na paisagem urbana das capitais

brasileiras. Nessa linha começaram as transformações técnico sanitárias com cidades mais limpas, higiênicas e com paisagens arborizadas.

Siqueira destaca que os planos de urbanização se apoiavam em três vertentes: a primeira envolvia o enfrentamento de epidemias com ações sanitárias; a segunda, o remodelamento do espaço urbano por meio de demolições de habitações populares e áreas insalubres e da construção de prédios públicos, praças, ruas, avenidas e grandes *boulevards*; e a terceira envolve a modernização das estruturas portuárias. (SIQUEIRA. 2008, p.5)

A transformação do espaço urbano das cidades significava:

“[...] melhorar a eficácia do sistema tributário, educacional, de saúde, de transporte, de alimentação. Modernizar é melhorar a eficiência da administração pública, das instituições políticas, dos partidos. É um conceito funcional de modernização, no sentido literal: numa sociedade moderna as instituições funcionam melhor que em sociedades tradicionais.” (ROUANET, Sergio Paulo. 1993. p. 121-122)

Essas mudanças iniciaram-se nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo, mas acabaram influenciando, mais cedo ou mais tarde, a prática da gestão pública em outras cidades do país. Em Vila Velha, Espírito Santo, as transformações na cidade com as características modernizadoras do espaço urbano ocorrem durante a primeira metade do século XX.

O bairro da Prainha em Vila Velha, no início do século XX (Figura 11), mostra a organização do traçado urbano em que aparece a Igreja do Rosário e uma bica entre as árvores, estrutura na qual a população conseguia acesso à água, devido à falta de encanamento nas residências.

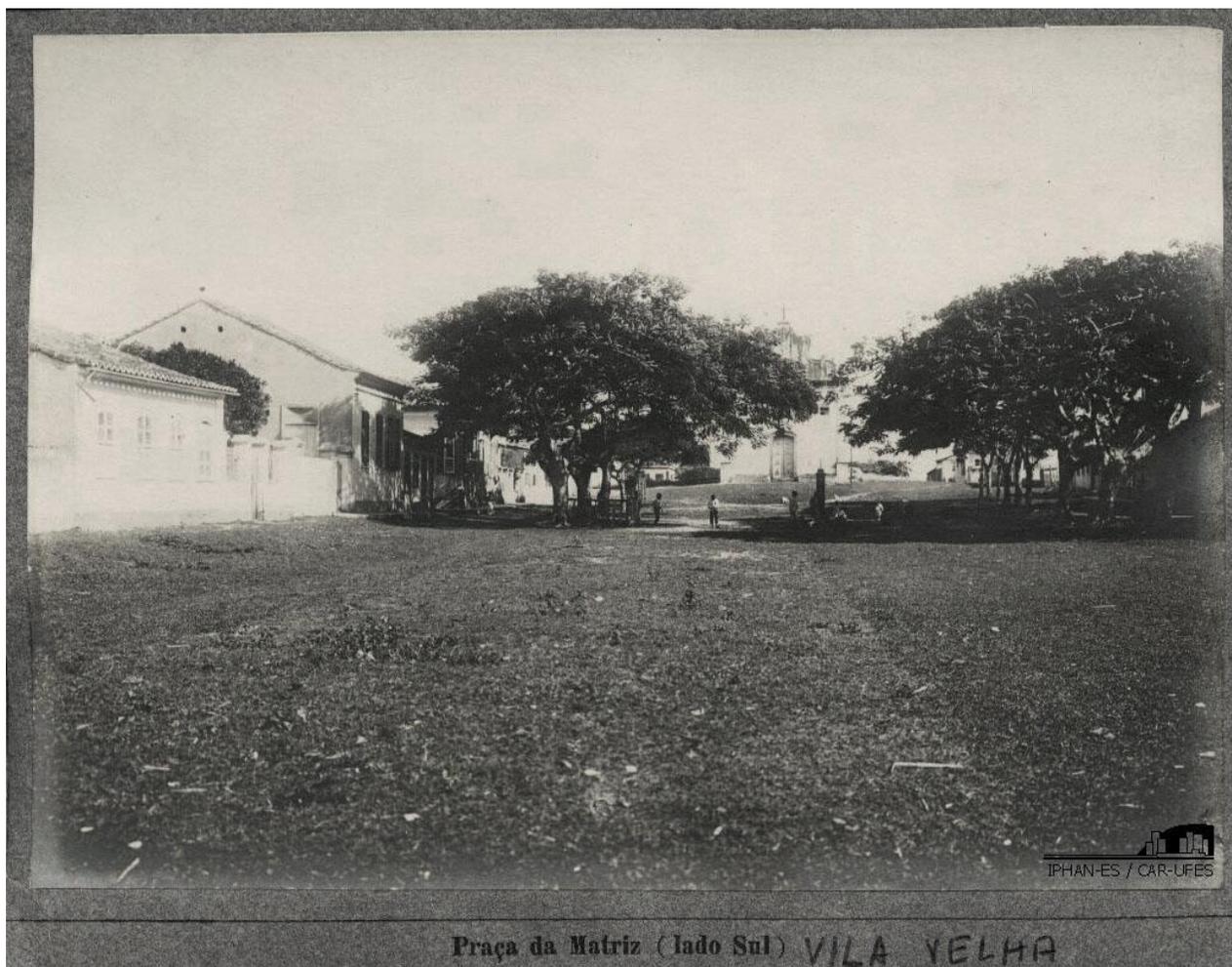
"Essa água era proveniente do reservatório que o governo da Província construiu na encosta do morro Inhoá para suprir também a Fábrica de tecidos de sua propriedade." (SANTOS. 1999, p. 101)

A condição de livre acesso ao local para conseguir água já caracterizava um espaço público por essência.

Em 1912 iniciou-se o processo de transformação da cidade com a construção da adutora para levar água aos domicílios de Vila Velha. O sistema de infraestrutura de água e esgoto são exemplos de ações modernizadoras implementadas na cidade. A bica perdeu sua função para a

qual fora concebida, mas o espaço continuou sendo utilizado pela população como ambiente de encontro na sombra das árvores.

Figura 11: Prainha 1903, Igreja do Rosário ao fundo.



Fonte: Casa da Memória – Vila Velha-ES. IPHAN-ES/ CAR-UFES.

Em 1919 esse lugar foi transformado pelo governo ao construir o primeiro Parque Ajardinado (Figura 12).

A área é privilegiada devido a sua proximidade com o mar, com boa vista para a baía de Vitória, da vegetação de Mata Atlântica no morro do Convento da Penha e, também, no Morro Inhoá. Na inauguração do Parque Ajardinado:

"Tivemos o ensejo de oferecer ao Público dessa cidade, para a sua diversão, um modesto Parque Ajardinado a fim de que naquele pequeno logradouro, pudessem as Exmas. famílias fruir o convívio íntimo das pessoas amigas e educadas. Ele efetivamente já se tornou o seu ponto predileto e que nos honram com suas visitas. Sua inauguração, efetuou-se com toda solenidade a 27 de abril de 1919. (SANTOS. 1999, p. 101. Apud, Espírito Santo (Estado), 1922:5)

Figura 12. Coreto do Jardim Público da Prainha com a Igreja do Rosário ao fundo.



Fonte: Acervo de Edward DAlcântara.

Tratava-se de um lugar construído para a atividade de lazer e de contemplação da paisagem com o intuito de modernizar a cidade de Vila Velha por meio da construção de um espaço público na cidade.

O investimento em parque, por parte do governo, com a construção de um espaço público destinado a uma forma de recreação seguiu uma tendência que apareceu antes em Vitória – ES, com o Parque Moscoso em 1912 (Mendonça, 2007).

O coreto do Parque Ajardinado (Figura 12) construído com estrutura e cobertura metálicas, foi

"...o centro das atrações e a alegria do povo durante os finais de semana dos anos 20, 30 e 40, [...] dos dias de quinta-feira, sábado e domingo, no horário das dezenoves às vinte e uma horas, com a banda do Terceiro Batalhão de Caçadores tocando músicas folclóricas, populares e minuetos que empolgavam os jovens que corriam para ouvir de perto as suas músicas preferidas." (SANTOS. 1999, p.101)

Durante a gestão do prefeito Eugênio Pacheco de Queiroz (1937-1943) foi implementada uma série de mudanças no traçado urbano da cidade, nas vias, nos espaços públicos, que transformaram o bairro da Prainha, inserindo-o na perspectiva de modernização.

O local onde havia o Parque Ajardinado, após a reforma, ficou conhecido como Jardim Dr. Athayde (Figura 13) em homenagem ao prefeito que realizou um trabalho com medidas sanitárias na cidade de Vila Velha entre 1918 a 1921, providenciando o recolhimento de lixo domiciliar e limpeza da cidade como medida contra a proliferação de mosquitos. (SANTOS. 1999, p. 190)

O reordenamento espacial implicou na construção de um espaço público urbano pautado por paisagens lineares, harmoniosamente estéticas e com aspecto salubre, criando uma imagem de cidade melhorada, cujo enaltecimento dessa característica se deu por meio do embelezamento urbano.

Figura 13: Jardim Dr. Athayde, atual Praça da Bandeira. - Reforma de 1937-1943.



Fonte: acervo Casa da Memória.

Seguindo esse mesmo traçado urbano das reformas dos espaços públicos no governo de Eugênio Pacheco, foram realizadas transformações na parte de trás da Igreja do Rosário.

No local onde havia um cemitério, foi construída a Praça Otávio de Araújo (Figura 14).

Figura 14: Praça Otávio de Araújo – Construção de 1937-1943.



Fonte: Foto tirada da sacristia da Igreja do Rosário, Acervo Walne Cassiano Botelho. (SANTOS. 1999 p. 104)

O caráter de centralidade do bairro da Prainha foi reforçado com a implantação do bondinho em 1912 na cidade de Vila Velha, que passou a ligar a Prainha ao bairro São Torquato, sendo que daí para a capital, Vitória, o percurso era realizado por barco.

A rua Luciano das Neves (Figura 15) guardava sua importância em um bairro central durante o cotidiano das práticas sociais realizadas no bairro da Prainha, com padarias, bares e o cinema. Este destacava-se como uma prática de lazer que marcava o uso dos espaços públicos de Vila

Velha em 1920, principalmente na maneira peculiar em que se realizava a divulgação dos filmes, mostrando uma forma de uso do espaço público que se perdeu na história.

“As sessões de cinema do Cici eram anunciadas pelas ruas de Vila Velha várias vezes num só dia, levando-se em consideração o seu aglomerado urbano de pouca extensão. Os anunciantes ou pregoeiros circulavam com tabuletas de madeira penduradas às costas do tamanho de uma meia porta em que se fixavam os cartazes com cenas e títulos do filme. À tardinha, dois garotos, um de cada lado, levavam a tabuleta pelas ruas e iam gritando: ‘É hoje no Cici, bellissimo drama de 5 (ou 7) atos, O conde de monte Cristo. Cascudo’. E concluíam: ‘Para seu conforto, não deixem de levar suas cadeiras! Crianças só pagam a metade.’ ” (ANCHIETA. 2001, p. 100)

Há uma sintonia entre as praças e a rua que sustentam a sociabilidade por meio da dinâmica do cotidiano que envolve o comércio, as práticas religiosas e o uso dos espaços públicos como ambiente de lazer e contemplação. Lamas, com ênfase na perspectiva estrutural da cidade destaca:

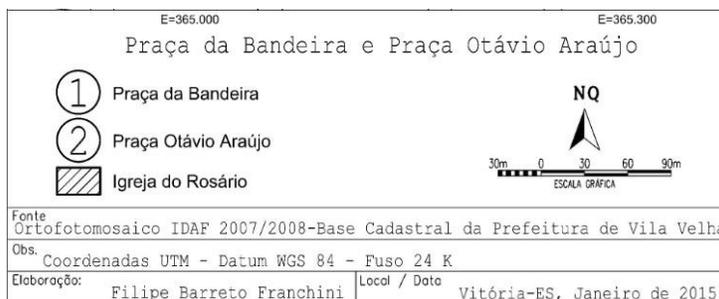
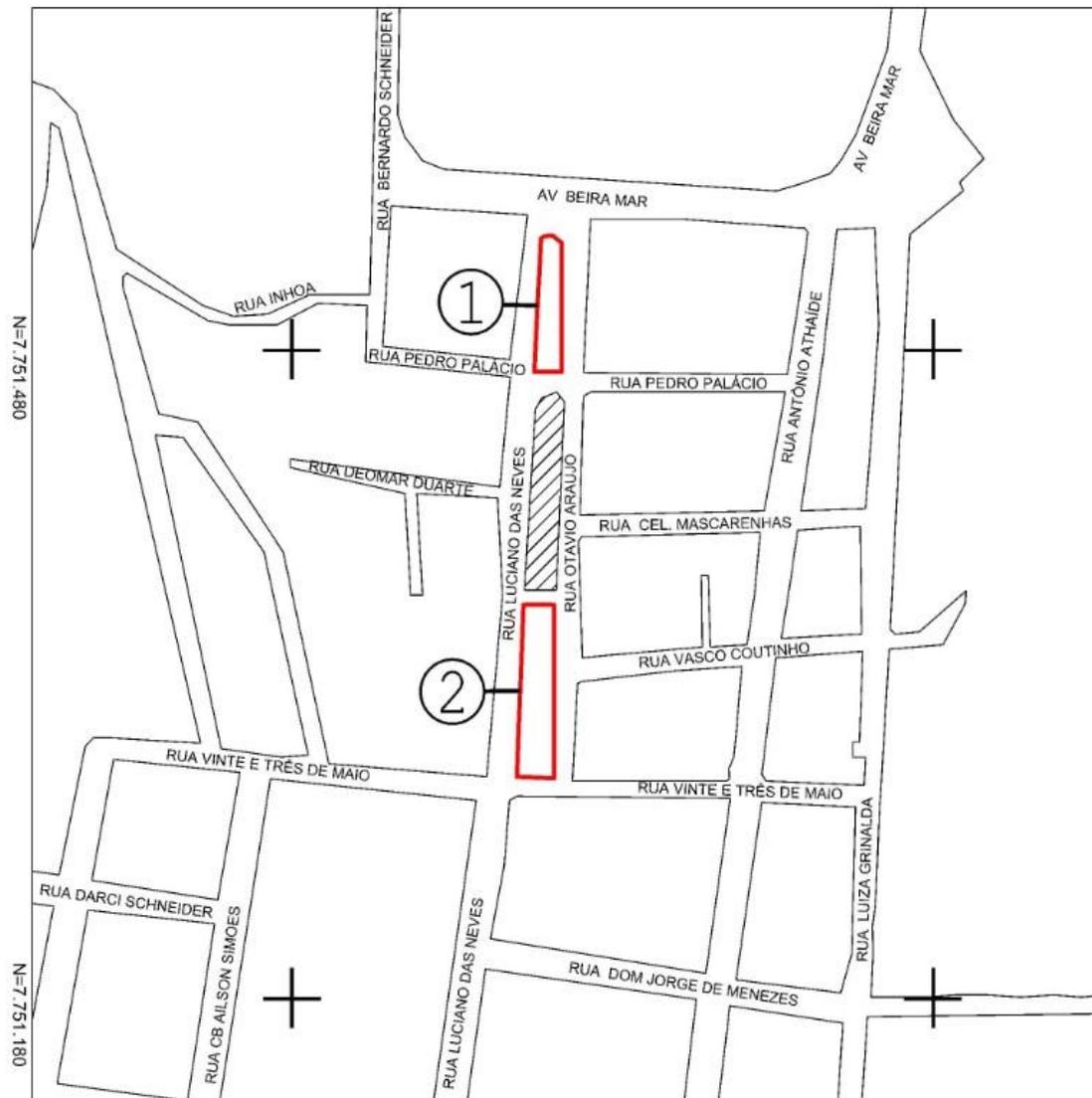
“Se a rua, o traçado, são os lugares de circulação, a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas.” (LAMAS. 2004, p. 100.)

Já com uma perspectiva empírica, Deffontaines, na primeira metade do século XX, considera que:

"A praça serve de ponto de parada, onde as pessoas se divertem olhando, não ficando mais solitárias; fazer praça é o principal emprego do tempo dos habitantes; é a única ocasião que se tem de se pôr a roupa de domingo, segundo o costume do lugar." (DEFFONTAINES, 2004 [1938], p. 132-133. Apud, SORBARZO, 2004, p.34)

Parece, portanto, que observar a rua e as pessoas que por ali transitavam era um passatempo regular, com as pessoas sentadas nos bancos (Figura 13). Afinal, as notícias eram contadas ao conversar, pela interação, "o debruçar-se na janela ou chegar-se a ela ensejava o papo." (ANCHIETA. 2001, p 150.)

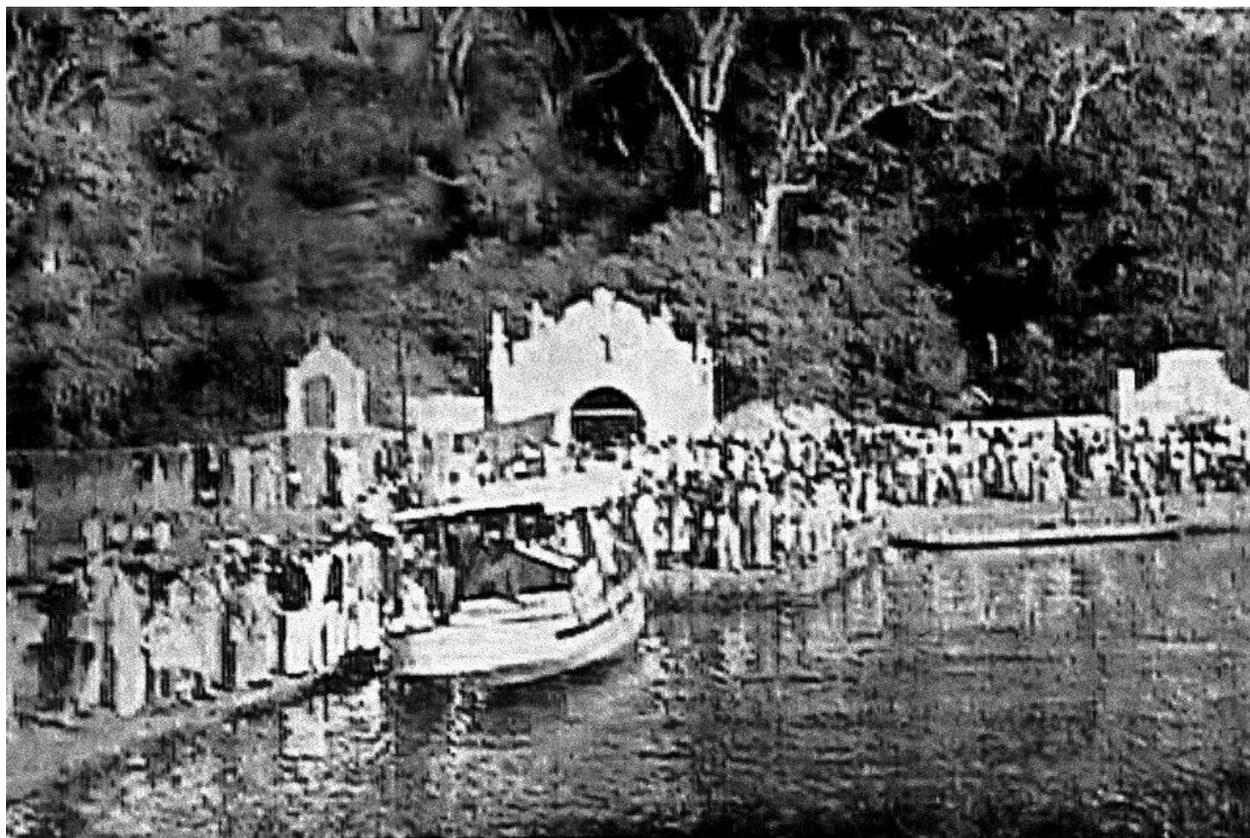
Figura 15: Bairro Prainha – Praça da Bandeira e Otávio de Araújo.



Fonte: FRANCHINI; Filipe, B.

Entre as práticas culturais realizadas pela Igreja Católica, a Festa da Penha se destaca pela sua abrangência, atraindoromeiros das mais variadas localidades. Os símbolos da territorialidade, envolvendo o manifesto social relacionado ao ato religioso, criam uma espacialidade que é característica das ações ou do agir em sociedade, mesmo que seja de um grupo específico que compõe o todo social.

Figura - 16. Festa da Penha durante a década de 1920, Cais dos Padres – Prainha, Vila Velha.



Fonte: Acervo Jair Santos.

Há a construção de um espaço público que aparece como suporte às práticas que envolvem a Festa da Penha (Figura 16) como a conformidade da enseada da Prainha, que, com a construção do píer, permitia a atracação dos barcos no Cais dos Padres. Na figura 16 está ilustrada a chegada dos romeiros, por via marítima, na Prainha em Vila Velha.

A entrada da Gruta do Frei Pedro Palácios, que era a única passagem que permitia a subida da Ladeira das Sete Voltas até o Convento da Penha, representada por um portal branco, (Figura 16-17) é um dos símbolos da religiosidade territorializada no espaço público do bairro da Prainha.

Na realização da Festa da Penha são construídos, no espaço público, representações espaciais vinculadas à prática religiosa, que além do seu valor simbólico, há também, a correspondência territorial, da territorialidade, que se imiscui no espaço público.

“Quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos, e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos para as ações, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente.” (LEITE. Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 17, nº49, p. 116)

A prática religiosa com a Festa da Penha impõe uma outra dinâmica à sociabilidade dentro do bairro, cria experiências, memórias, vínculos de pertencimento e, assim, fundamentam a identidade social. Trata-se de um espaço de representação, cuja maneira particular de apropriação consolida uma territorialidade no espaço público da Prainha.

Figura - 17. Enseada da Prainha na década de 1930.



Fonte: JBS-ES / CAR UFES.

Outra atividade que aparece com presença territorial no espaço público da Prainha é a prática da pesca. A enseada, chegando próximo às casas (Figura 17) favorecia o trabalho dos pescadores, tanto para descarregar os peixes, quanto para o comércio deles. A pesca aparece relacionada a uma identidade dentro do bairro vinculada à fundação da cidade de Vila Velha enquanto uma vila pesqueira.

A ação social, que se imiscui nos espaços públicos do bairro da Prainha, relaciona-se com a construção da memória a partir de experiências envolvendo a coletividade. A consolidação de uma tradição se vincula à identidade de um lugar, fortalecendo os laços de pertencimento.

A relação entre as próprias pessoas é responsável por construir e criar vínculos que podem se territorializar no espaço público da Prainha. Existe uma dinâmica que é responsável por fazer das cidades uma obra sempre em construção. Carr (1992) afirma que "enquanto a vida pública evolui com a cultura, novos tipos de espaços podem ser necessários e os antigos: descartados ou revividos"<sup>5</sup> (CARR. 1992, p. XI. Tradução nossa.). A relação espacial, de descarte do que foi construído ou do seu resgate, esconde um conflito social de representatividade socioespacial.

Todavia, entender as diferentes formas que o espaço público teve durante as transformações que se sucederam na área de estudo do bairro da Prainha é compreender, também, como foram realizadas as apropriações a partir das práticas sociais no local, visto que, cada uma delas teve como alicerce um espaço construído: seja a banda tocando no Coreto do Parque da Prainha nas décadas de 1920, 1930 e 1940 ou as atividades pesqueiras ancoradas no Cais dos Padres na enseada do bairro.

De todo modo, a prática social já se territorializava no local adjacente ao que seria o aterro que deu origem ao Parque, inicialmente com a bica d'água na sombra das árvores, depois com a construção do Parque Ajardinado e mais tarde por meio de reformas urbanas com o intuito de modernizar a cidade com a construção de meios-fios, canteiros ajardinados e as praças

---

<sup>5</sup> Segue o original: "as public life evolves with the culture, new types of spaces may be needed and old ones discarded or revived." (CARR. 1992, p XI)

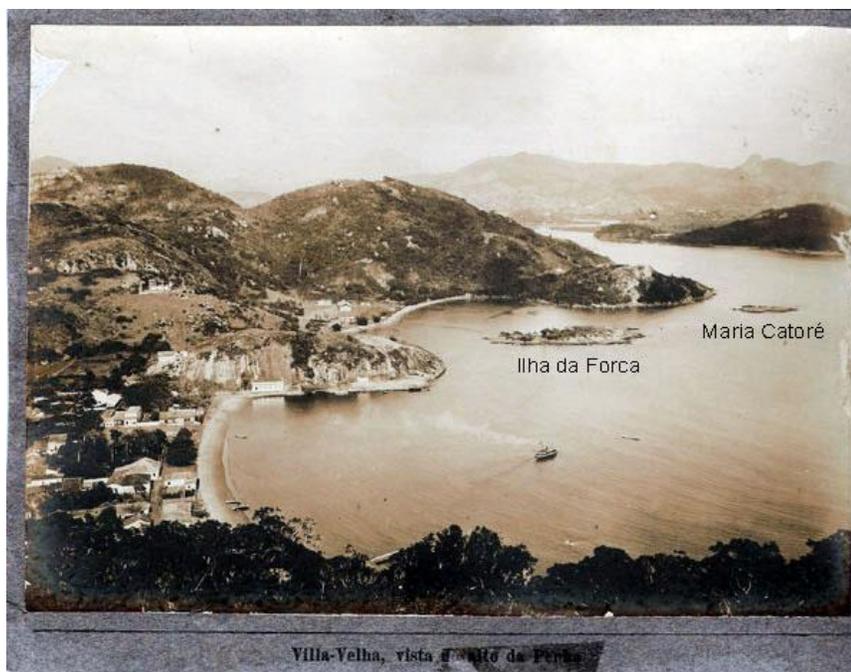
construídas ou reestruturadas, como, por exemplo, a Otávio de Araújo e Jardim Dr. Athayde respectivamente.

## 2.1 – A construção do grande aterro na Prainha.

O processo de análise da construção do grande aterro na enseada da Prainha busca esclarecer os motivos que levaram a expansão da área continental sobre o mar, alterando a paisagem do bairro, assim como, a dinâmica envolvendo o uso da enseada.

Nesse sentido a percepção de como se configurava a enseada da Prainha na primeira metade do século XX é o primeiro momento para mostrar o impacto das mudanças com o aterro. Na praia de Inhoá, (Figura 18) que está representada na imagem em segundo plano ao fundo, havia duas ilhas que faziam composição com a paisagem: as Ilha da Forca e a Maria Catoré. Na enseada da Prainha, o seu desenho da linha de mar ainda permanecia natural e, no local, havia o porto do Cais dos Padres, facilitando o acesso dos barcos às águas calmas da enseada.

Figura 18 – Prainha de Vila Velha – Fotografia tirada do Convento da Penha. Sem data.



Fonte: Casa da Memória.

As ilhas foram anexadas ao continente com o processo de aterramento da praia de Inhoá para poder construir o atual terreno da Escola de Aprendizes-Marinheiros (Figura 19), inaugurada em 1960 pelo presidente Juscelino Kubitschek.<sup>6</sup> Rosental Calmon Alves, morador da Prainha na época, destaca que

“Eu me lembro muito bem da visita do presidente Juscelino Kubitschek para inaugurar a Escola de Aprendizes- de Marinheiros. Eu acho que essa história do aterro e da visita do Juscelino foi a primeira reportagem que fiz em minha vida. Eu tinha recebido de presente uma mini máquina fotográfica [...] muito pequenina, mas que funcionava. Tirei fotos tanto da visita de Juscelino como do início do aterro. Tenho memória forte de ver o jato forte de água misturada com areia saindo dos tubos grossos que vinham da draga, iniciando o aterro. Também me lembro bem das fotos que tirei e que foram reveladas, impressas e que, lamentavelmente, se perderam com o tempo. ” (Entrevista realizada por e-mail em 10 de abril 2016.)<sup>7</sup>

Figura 19 – Construção da Escola Aprendizes de Marinheiros - 1958.



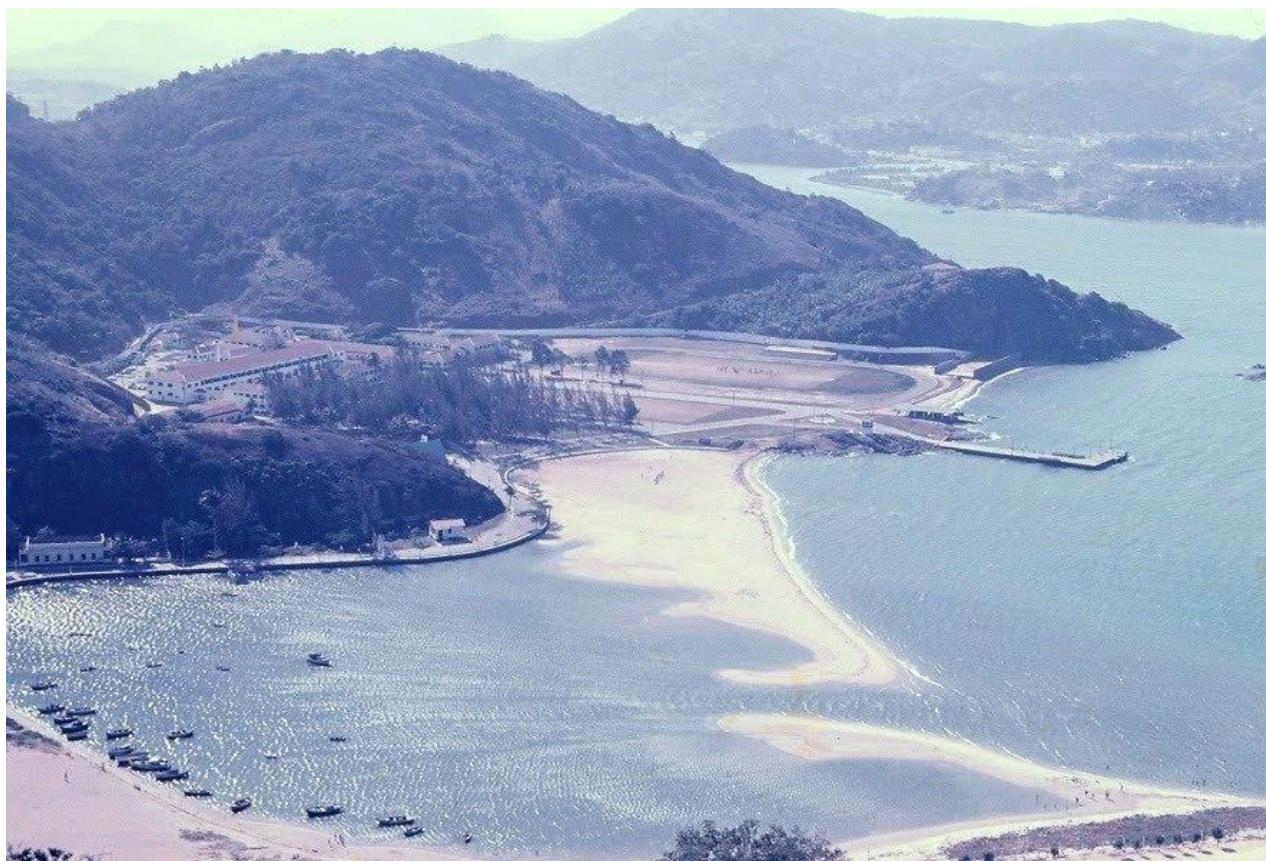
Fonte: Acervo Hugo Musso – Associação Morro do Moreno.

<sup>6</sup> Fonte: <https://www.mar.mil.br/eames/site/blog.html>. Acessado em 10/10/2016.

<sup>7</sup> A entrevista por e-mail foi uma alternativa, pois o Rosental Calmon Alves é professor do curso de jornalismo da University of Texas at Austin e não se encontrava no Brasil.

Em 1970 foi iniciado o processo de aterramento que ficou denominado por moradores do bairro como o grande aterro. Este é referente à enseada da Prainha. (Figura 20)

Figura 20 – Enseada da Prainha – Início de 1970.



Fonte: MIAN, Paulo Roberto.

As mudanças na enseada aconteceram em paralelo com outros aterros na capital, Vitória: na Praia do Suá e na Ilha do Boi. A construção dos aterros em Vitória era feita por meio da retirada de areia do fundo da baía de Vitória. O trabalho foi realizado pela “Companhia Brasileira de Dragagem/Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S/A, visando o aterro hidráulico de

cerca de 3.930.000 m<sup>3</sup> para a Praia do Suá. ”<sup>8</sup> (Mensagem à Assembleia Legislativa, Estado do Espírito Santo – 1973; p. 147).

Os aterramentos, da Praia do Suá e da Ilha do Boi, aconteceram em paralelo, com a realização da dragagem da baía de Vitória. Freitas, em pesquisa sobre os aterros na cidade de Vitória e referindo-se ao aterro da Enseada do Suá, aponta que:

“O argumento oficial para a realização das obras segundo o arquiteto autor do plano de urbanização da região, Jolindo Martins Filho em entrevista realizada em janeiro de 2003, era o de impedimento da passagem de correntes marítimas entre a Ilha do Boi e a Ilha de Vitória que resultavam no assoreamento de parte da entrada do canal conformador da Baía de Vitória, e que poderiam resultar em restrições à acessibilidade ao Porto de Vitória. ” (FREITAS. 2004, p. 9. Aterros e decisões políticas no município de Vitória: efeito cascata. 2004.)

O aprofundamento da Baía de Vitória, a ameaça de assoreamento da entrada do canal e a proximidade com a enseada da Prainha parecem ter facilitado o depósito de areia, criando o aterro no bairro, em decorrência do processo de dragagem da baía. Essa análise foi elaborada diante da ausência de documentação que pudesse explicar e justificar o aterro da enseada da Prainha. Para tanto, foi feita uma pesquisa em “Mensagem à Assembleia Legislativa, Estado do Espírito Santo” – 1973 a 1978. O aterro da Prainha foi iniciado durante a gestão de Arthur Carlos Gerhardt Santos e desse governo não há registro sobre o aterramento.

Em 1978, no governo de Elcio Alvares, foi realizado um estudo, por meio do Instituto Jones dos Santos Neves, sobre o Sistema de Transporte Aquaviário<sup>9</sup>. A proposta era dinamizar as rotas com a inserção do novo terminal aquaviário em construção na Prainha, em Vila Velha.

“Os terminais de Paul e Vitória foram totalmente remodelados, oferecendo condições de funcionamento para o sistema e o bem-estar do usuário. A Linha Vitória - Vila Velha começará a funcionar em 1978, já tendo sido iniciado, em janeiro (1977), a construção do terminal aquaviário de Vila Velha, na enseada

---

<sup>8</sup> Mensagem à Assembleia Legislativa – 1973. Arthur Carlos Gerhardt Santos; p. 147. Vitória: 1973.

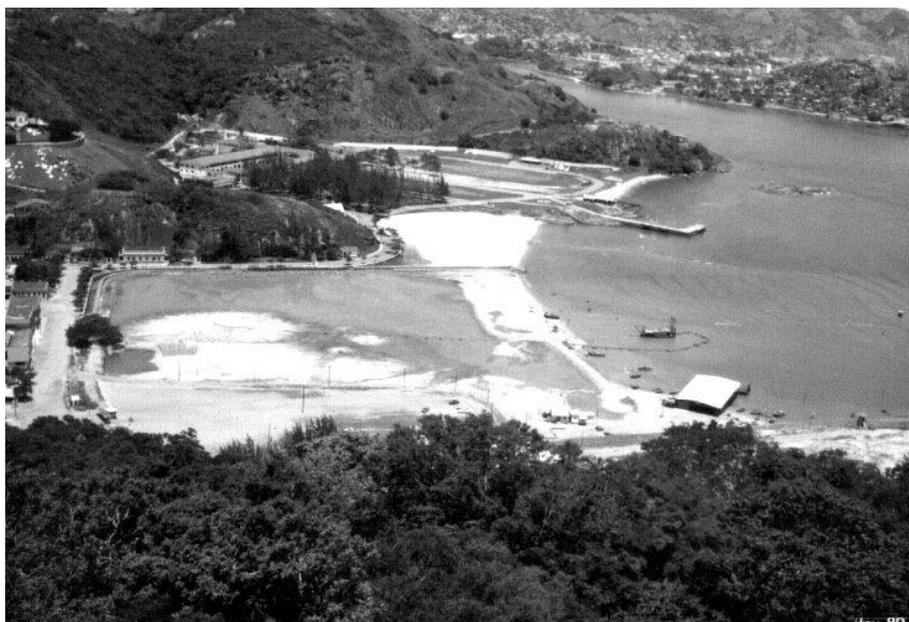
<sup>9</sup> Grande Vitória: Sistema de Transporte Aquaviário – Estudo de Localização, Dimensionamento e Projetos alternativos do Novo Terminal do Centro. Março 1978. Governo do Estado do Espírito Santo. Instituto Jones Dos Santos Neves.

denominada Prainha ”. (Mensagem à Assembleia Legislativa, Estado do Espírito Santo – 1978; p. 267).<sup>10</sup>

Até o momento, 1978, parece que o espaço livre, que estava sendo criado por meio do aterro da enseada da Prainha, teve como utilidade a construção do aquaviário, podendo deixar a entender que o terminal aquaviário justificaria o aterramento. Com relação à grandeza da área de aterro, fica a dúvida sobre o que fazer com o restante do imenso espaço livre.

No início de 1980 o aterramento ainda estava em processo de conclusão (Figura 21)<sup>11</sup>, mas finalizado ao término do ano.

Figura 21 – Processo de aterramento da enseada da Prainha. Fevereiro de 1980.



Fonte: Acervo Jair Santos

O enorme espaço livre criado com o aterro mostra que se antes a enseada guardava um uso para a população, principalmente para o lazer, com o fim da área de praia, o que se esperar de um imenso espaço público livre cujo uso ainda não tinha sido discutido?

---

<sup>10</sup> Mensagem à Assembleia Legislativa – 1978. Elcio alvares; p. 147. Vitória: 1978.

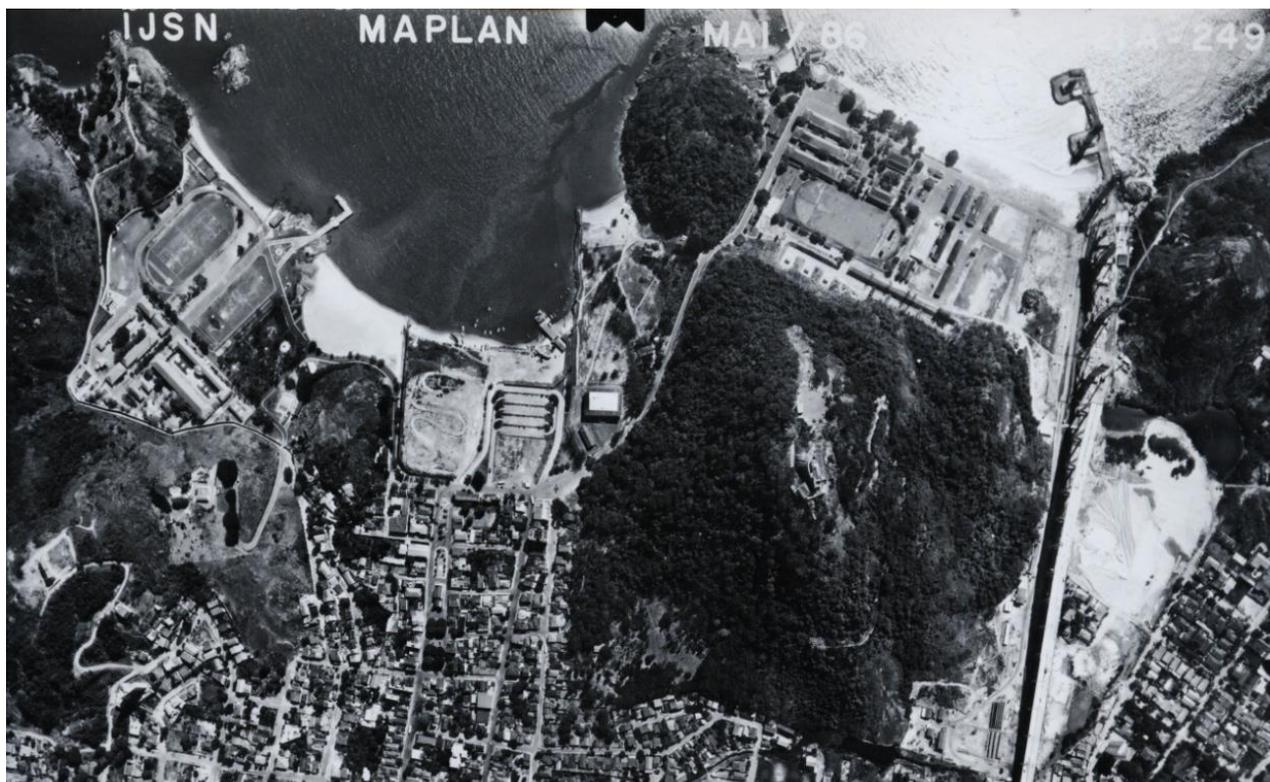
<sup>11</sup> É possível observar a estrutura do terminal aquaviário na parte inferior direita da imagem.

Em entrevista, Lauro, membro da Associação de Moradores da Prainha, deixou em evidência o sentimento com relação à construção do aterro:

“Lauro: ‘O grande aterro, que esculhambou, esse foi o grande erro da Prainha, não tinha onde colocar areia, se vira. Então foi tudo, nós não temos mais a ilha, não temos mais a renovação da água, o canal corre para lá e corre para cá, não há mais um remanso. Houve uma perda aí. Isso tudo nos trás, para mim principalmente, uma tristeza.’ ” (Entrevista realizada com membros da Associação de Moradores da Prainha em 21/10/2015)

Em 1986 (Figura 22) a área do aterro da Prainha se encontrava com o terminal aquaviário e um estacionamento que não estava no projeto Sistema de Transporte Aquaviário – Estudo de Localização, Dimensionamento e Projetos alternativos do Novo Terminal do Centro, de 1978, mas pode ser que tenha funcionado como suporte para quem viesse de carro e usasse o transporte aquaviário.

Figura 22 – Aerofotografia do aterro da Prainha construído em maio de 1986.



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves.

A construção do aterro mudou a percepção e a própria paisagem do bairro, assim como, a maneira com que a sociedade praticava suas ações no espaço construído. A insatisfação dos moradores com o aterro, mesmo que o aquaviário viesse a satisfazer uma demanda por transporte direto para a capital, era decorrente da lembrança do que o local tinha sido antes, o que ficou registrado na memória e nas experiências vivenciadas na enseada da Prainha.

O bairro da Prainha em Vila Velha passou então, a ter em seu cenário uma grande área livre de construção onde antes havia uma enseada. O que passou a entrar em questão, a partir de então, era o que poderia ser construído no local e quem iria manifestar as intenções sobre o que construir.

No próximo capítulo da pesquisa será desenvolvido o processo de produção do espaço livre público do Parque da Prainha, de 1989, assim como, as intenções dos agentes com interesse no local.

## **CAPÍTULO 3**

### **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO LIVRE PÚBLICO DO PARQUE DA PRAINHA NA ÁREA DE ATERRO.**

### **3.1 – A construção do Parque da Prainha em 1989.**

O aterramento da enseada da Prainha, que começou em 1970 pode ter sido iniciado por conta das obras relacionadas ao aprofundamento da baía de Vitória, fazendo com que o local fosse um depósito de material, oriundo da dragagem. A demanda dos moradores do bairro por transporte direto para a capital Vitória coincide com a existência do aterro para construir o terminal aquaviário. No final do ano de 1980 a aquisição do terreno por meio do aterramento da enseada da Prainha deixa em evidência uma imensa área pública a qual não se sabia o destino, levantando, durante a pesquisa, a questão sobre o que seria construído no local e por iniciativa de quais agentes sociais na época.

Por meio de entrevista com a Grazielle Fraga Reis<sup>12</sup>, representando a Associação de Empresários, foi relatado que no momento da construção do primeiro Parque na Prainha os empresários não estavam organizados em associação, que foi fundada em 2007.

Por outro lado, em 1983 começava a se organizar na Prainha, entre os próprios residentes do bairro, a Associação de Moradores de Vila Velha – Centro. O problema catalizador que levou a sua formação foi o espaço livre público do aterro. Passou a ser de interesse dos moradores a construção de um Parque na área de aterro, proposta que surgiu após a enseada da Prainha ser aterrada.

A área chegou a ser conclamada pelo Trigésimo Batalhão de Infantaria, cujo intuito era ampliar as instalações do exército. Contudo, essa não era a intenção dos moradores do bairro que já haviam perdido o espaço público da enseada com o aterro. Os moradores tinham como objetivo utilizar a área para construir um parque público. O presidente da Associação de Moradores à época, Willis Farias, descreve:

“Para atingir os seus objetivos, a estratégia da comunidade abrangeu as mais variadas iniciativas. Por diversas vezes os membros da AMVV<sup>13</sup> recolheram pacientemente

---

<sup>12</sup> Entrevista realizada em 16 de novembro de 2015.

<sup>13</sup> Associação de Moradores de Vila Velha – Centro.

assinaturas de milhares de moradores reivindicando a construção do Parque. Esses abaixo-assinados eram então encaminhados às autoridades políticas, cobrando providências. No mais das vezes, a atitude das autoridades frente aos documentos era de indiferença." (Revista AGORA, junho-julho, 1988, p.25)

Os desencontros e a falta de interesse do Poder Público com relação às intenções da comunidade da Prainha em construir um parque só terminam com a chegada de Max de Freitas Mauro, residente de Vila Velha, morador antigo e com reduto político no município, ao cargo de governador do Estado do Espírito Santo em 1987.

A comunidade da Prainha recolheu dez mil assinaturas<sup>14</sup> em favor da construção do Parque e as entregou ao governador do estado Max de Freitas Mauro em 1987, que recebeu a comunidade, prometendo resolver o problema do terreno abandonado, seguindo adiante com a proposta de construção do Parque, interesse da Associação de Moradores.

O arquiteto que elaborou o projeto do Parque da Prainha foi Gregório Repsold, o mesmo que havia trabalhado no projeto e na construção da Praça dos Namorados na capital, Vitória. A aceitação da comunidade com o novo espaço público pode ter pavimentado o caminho para o escritório Repsold trabalhar no espaço livre público da Prainha. Em entrevista, foi documentado que:

“Como o nosso trabalho na Praça dos Namorados teve grande sucesso, eu não sei se você sabe, mas na gestão Vitor Buaiz, que ganhou a eleição como prefeito, ele resolveu fazer uma enquete para eleger o lugar preferido da cidade de Vitória. Foram colocadas urnas nas escolas públicas, nas escolas particulares, nas grandes lojas de Vitória, alguns bancos, e qual foi a surpresa da eleição do lugar preferido da cidade de Vitória? A Praça dos Namorados ganhou em primeiro lugar, um projeto construído e planejado, e em segundo lugar veio a praia de Camburi.” (Entrevista realizada com o arquiteto Gregório Repsold em 02/05/2016)

Para o desenvolvimento da pesquisa foi necessário esclarecer, no âmbito metodológico, como se deu o processo de elaboração do projeto de 1989 para o Parque na Prainha. Procurou-se identificar se houve caminhos para que a comunidade pudesse fazer propostas do que seria construído e com que finalidade. Assim:

---

<sup>14</sup> Revista AGORA, junho-julho, 1988, p.26

“Todos os nossos projetos na área pública, nós criamos essa questão, desse tipo de trabalho que seria você fazer um trabalho conjunto com a cidade. Quando eu falo com a cidade são as pessoas, os seguimentos organizados, essa é a sociedade. Nosso escritório fez isso na Praça dos Namorados. No Parque da Prainha seguir a mesma postura, que foi um diálogo com sociedade organizada, fazer um programa junto com eles. ” (Entrevista realizada com o arquiteto Gregório Repsold em 02/05/2016)

Quando o projeto arquitetônico urbano do Parque da Prainha foi discutido em 1988, havia a preocupação da Associação de Moradores do bairro com a descaracterização dele por meio de construções que não se harmonizavam com as características históricas identificadas no bairro que revelavam a identidade e tradição do lugar. No que se refere às discussões na elaboração do projeto do Parque:

“[...] foi feito uma síntese das propostas que resultou nos traços básicos do projeto. Os itens dessa síntese são os seguintes: a área não deve ser mais mutilada e descaracterizada; nenhum prédio com mais de dois andares deverá ser construído nas imediações, a comunidade terá participação na administração do Parque; foi rejeitada a construção de uma fonte luminosa e um laguinho (devido ao problema dos mosquitos); aprovada uma construção de uma sede para reuniões e finalidades múltiplas; poder de remodelação do anteprojeto por parte da comunidade e, finalmente, o estabelecimento de uma comissão formada pela Associação de Moradores, Governadoria, PMVV, Colônia de Pesca e diversas outras entidades. ” (Revista AGORA, junho-julho, 1988, p.26)

Os moradores do bairro buscavam ter um Parque que desse suporte às sociabilidades cotidianas de lazer, assim como, suas características históricas que se territorializavam na Prainha, sustentando a tradição religiosa e o símbolo de ponto de partida da colonização do território espírito-santense. Os pescadores buscavam melhorar seu lugar de trabalho.

No que se refere ao projeto, em relação ao que seria construído e ao uso de cada construção, de acordo com o interesse dos agentes sociais em questão, moradores e pescadores, é relevante apontar que na entrevista realizada com Gregório Repsold foi destacado que o Poder Público não interferiu em nenhuma etapa do projeto no sentido de determinar o que seria construído e nem com qual função. Gregório Repsold aponta que:

“Todo o projeto foi de interesse dos moradores, todo o programa foi discutido com eles, fizemos várias reuniões, inclusive com a Associação de Moradores da Prainha. O pessoal da Festa da Penha, nós tínhamos um espaço coberto para a Festa da Penha e que podia ser usado durante o ano para outras coisas. Tínhamos banheiros públicos, na Festa da Penha não tinha onde ir ao banheiro. Eles pediram que o Parque da Prainha tivesse assim, uma churrasqueira para ser usada no final de semana e usufruir do Parque inteiro, tinha todo um programa.

Tinha um restaurante só. Foi solicitado que fosse feita uma quadra de bocha, para que o pessoal pudesse disputar bocha, porque tem o pessoal da terceira idade. Tinha um campo de futebol soçaita, e jogavam bola ali. Existiam ancoradouros, resgatando turisticamente aquilo, (os pescadores eram um grupo pequeno) e estava consolidado com apenas um píer, o píer foi solicitado por eles, o embarque e desembarque. ” (Entrevista realizada com o arquiteto Gregório Repsold em 02/05/2016)

Nesse sentido o projeto do parque ficou dividido em cinco setores que correspondiam a:

“A área do Detran, a ser reservada à administração do Parque, estacionamento para veículos, local para quiosques, áreas esportivas e culturais, área para os pescadores e um píer. ” (Revista AGORA, junho-julho, 1988, p.26)

Com o projeto arquitetônico urbano do Parque concluído, ficaram definidas as possibilidades de apropriações e sociabilidades já consolidadas territorialmente pelos moradores do bairro, o local como área de lazer, de suporte às tradicionais atividades da Festa da Penha, e às atividades pesqueiras com o píer servindo de suporte a pesca. No que se refere à tradição, Leite (2007) aponta que:

“A tradição (...) pressupõe uma visão contínua do tempo, através da qual é possível estabelecer os nexos constitutivos entre o passado, o presente e o futuro. Do mesmo modo, pressupõe também uma concepção de espaço definido, no qual são mantidas as crenças e tradições. ” (LEITE. 2007, p. 37.)

A Associação de Moradores com suas sociabilidades que fundamentam a formação da identidade, as práticas de lazer, assim como ao recorte histórico associado à fundação da capitania do Espírito Santo, caracterizaram a demanda na construção de um Parque na Prainha que desse suporte a essas práticas.

Tratou-se da produção de um espaço público idealizado na forma de um Parque que comportasse as atividades já realizadas pela comunidade no decorrer do processo histórico, estabelecendo uma relação socioespacial: assim, a construção do parque vinculado ao uso pressupõe um tipo de sociabilidade que encontrou suporte no espaço público que seria concebido.

Nesse sentido Soja (1989) aponta que: "espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização, o uso e o significado do espaço é um produto de tradução social, de transformação e

experiência."<sup>15</sup> (Anais da Associação Americana de Geógrafos. Junho de 1989. SOJA, Edward. A Dialética Sócio-Espacial, p. 210.)

A ação dos agentes sociais no espaço público da Prainha remete às práticas históricas já consolidadas no bairro. Sua caracterização como sítio histórico<sup>16</sup> já induz uma forma de produção do espaço público que dialogue com o patrimônio que caracteriza o local como histórico: a Igreja Nossa Senhora do Rosário, Convento da Penha e a Gruta do Frei Pedro Palácios. É nesse sentido que a Associação de Moradores da Prainha territorializou suas intenções. Já os pescadores, buscaram consolidar o seu local de trabalho em meio às mudanças que se desenvolveram com a construção do Parque da Prainha por meio da instalação de um píer e de um local para o comércio de peixes.

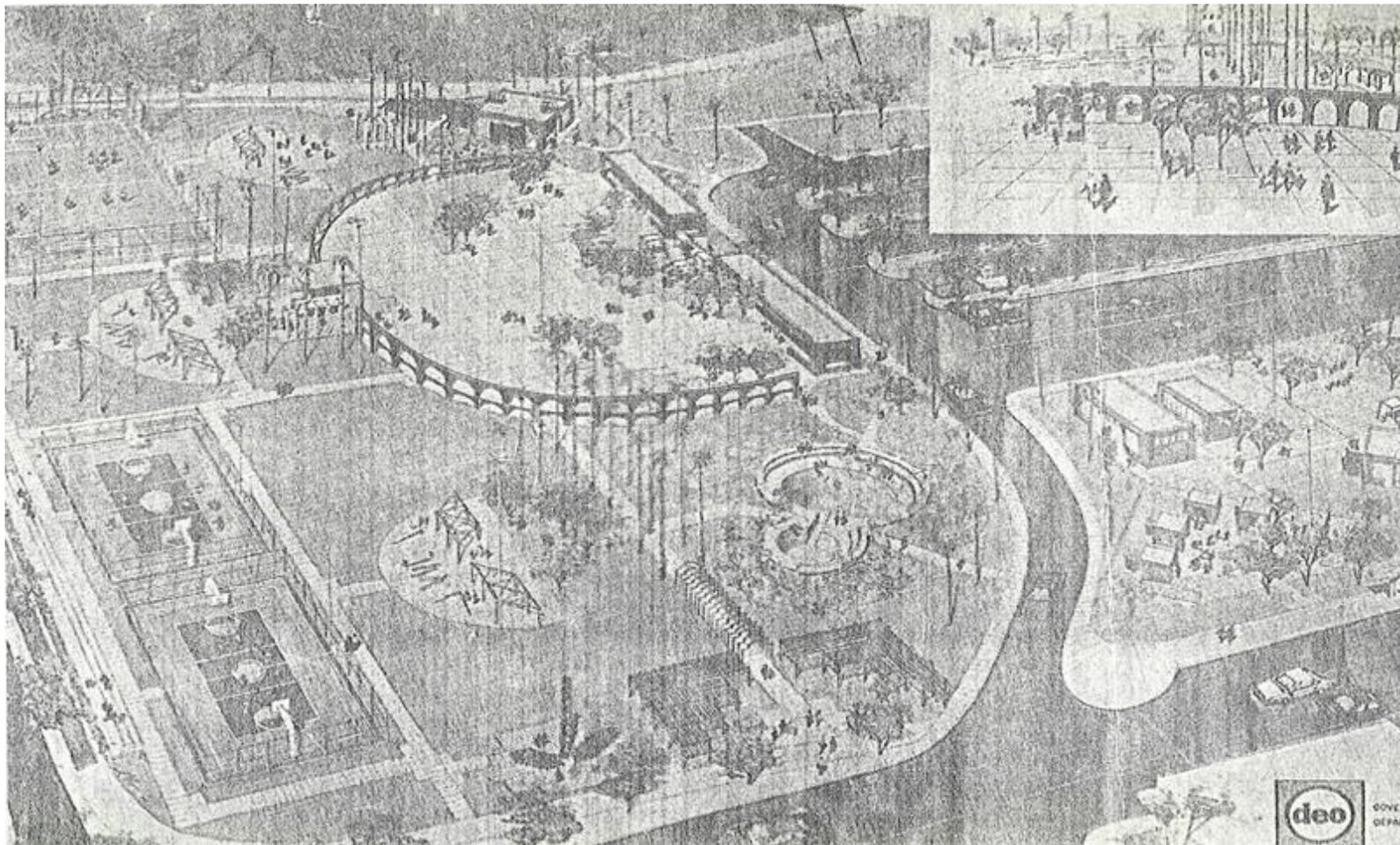
Segue, então, o desenho do Projeto do Parque da Prainha de 1989:

---

<sup>15</sup> Segue o original: "space itself may be primordially given, but the organization, used, and meaning of space is a product of social translation, transformation and experience." (The Socio-Spatial Dialectic) Annals of the Association of American Geographers 70 (june 1989): 210.

<sup>16</sup> Trata-se de uma classificação aplicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que realizou dois tombamentos no bairro da Prainha relacionados a Igreja Nossa Senhora do Rosário e o Convento da Penha em 1943. ([http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema\\_consulta.asp?Linha=tc\\_hist.gif&Cod=1207](http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1207). Acessado em 10/10/2016)

Figura 23 – Projeto Parque da Prainha – 1989 – Arquiteto Gregório Repsold.



Fonte: VERONEZ, Vanuza Ferreira. 1997, p. 22.

Na parte inferior do desenho do projeto (Figura 23) nota-se parcialmente, a Avenida Beira Mar, marcando o local onde antes havia o contato entre o mar e o continente.

O projeto abarcou a demanda da comunidade por lazer: com duas quadras, amplo espaço para passeio, um píer de contemplação da paisagem e atracação dos barcos de pesca, um restaurante, os quiosques, que surgiram com a ideia de atender a demanda da romaria na Festa da Penha, e um amplo espaço central, com palco utilizado para eventos, servindo de suporte às encenações que acontecem durante a Festa da Penha.

Figura 24: Visão geral Parque da Prainha - 1990.



Fonte: Revista AU 27. Dez/1989-Jan/90.

Em 1990 inaugura-se o Parque (Figura 24) com um salão de reuniões a pedido da Associação de Moradores, restaurante (Figura 25), cinco bares, terminal de pesca, píer e palco para apresentações em eventos numa área semicircular por arcos na parte central do Parque. As instalações do Parque, posteriormente, também acomodaram feiras organizadas pela própria comunidade.

Figura 25: restaurante do Parque da Prainha.



Fonte: Revista AU 27. Dez/1989-Jan/90.

No Parque havia uma estrutura metálica colorida (Figura 26) através da qual era possível ver a Praça Tamandaré com as palmeiras imperiais e, ao fundo, a Igreja do Rosário.

Figura 26: Estrutura metálica colorida.



Fonte: Gregório Repsold.

Houve um planejamento de um espaço de lazer para as crianças e adolescentes: uma área com areia e brinquedos (Figura 27) e uma pista de skate e patins.

Figura 27: Parque da Prainha, área de lazer infantil.



Fonte: Gregório Repsold.

Com a construção e a plena abertura do Parque ao público é necessário realizar uma análise dessa transformação, interligando o Poder Público e a Associação de Moradores.

Por circunstância da gestão pública estadual, com o governador Max de Freitas Mauro em 1987, morador de Vila Velha, tendo o município como reduto eleitoral, e insistência da própria Associação de Moradores, conquistou-se condição para realizar o projeto de construção do Parque.

Na idealização do projeto, durante o final da década de 1980, o que se percebe a partir da documentação analisada com relação à reunião de representantes da comunidade do bairro com a Associação de Moradores, os Pescadores, a Prefeitura foi a ausência, com exceção dos pescadores, do setor econômico comercial e do empresariado atuante em Vila Velha, demonstrando seus interesses para a área do Parque.

Sendo assim, o Parque nasceu com uma estrutura pensada para atender as intenções dos agentes sociais representados pela Associação de Moradores e os Pescadores que se manifestaram nas reuniões de idealização do projeto.

A Associação de Moradores buscou preservar os elementos que sustentaram a construção de uma identidade local, seja associada às atividades religiosas, seja ligada à pesca, ou ao aspecto sócio histórico ligado ao berço da colonização da capitania do Espírito Santo e ao lazer.

Os Pescadores, além de representarem uma atividade econômica que se associa à própria fundação da cidade, a prática da pesca se imiscuiu no espaço público e acabou fazendo parte do cenário cotidiano da Prainha. É uma forte representação com vínculos territoriais que permanecem no espaço público do bairro, o que terminou sendo respondido com a construção de um setor pesqueiro dentro do Parque da Prainha.

Houve por parte de Gregório Repsold em 1989, a iniciativa de explorar a perspectiva turística do bairro, construindo uma marina pública. Tratou-se de uma iniciativa própria dele, e não de interesse do Poder Público ou de empresários.

“Seria uma marina que você teria ali um terminal de chegada das lanchas, e eu não poderia interferir em nada na chegada das lanchas: era o Aquaviário. Tinha do outro lado, que funcionava também ali, no píer, uma marina pública. Ela não foi construída porque, o que acontece: era a segunda etapa da proposta do projeto, uma ampliação (após) consolidado o Parque, mas o governo não tinha o recurso para fazer marina. Nós tínhamos a proposta nossa de fazer a marina sim. Porque toda aquela parte tem uma vocação turísticas. ” (Entrevista realizada com o arquiteto Gregório Repsold em 02/05/2016).

O Poder Público, representado pela prefeitura e o governo do estado, não interferiu no projeto urbanístico para o Parque da Prainha no sentido de definir o que construir no local. De todo modo, a decisão de construir e o direcionamento de recursos partiram de representantes do Poder Público em vigência naquele período.

No capítulo 4 são analisadas as mudanças na gestão do espaço público por parte do Poder Público e os interesses da Associação de Empresários, fundada em 2007, com relação a área do Parque da Prainha.

## **CAPÍTULO 4**

# **O ESPAÇO LIVRE PÚBLICO DO PARQUE DA PRAINHA: ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS E UMA POLÍTICA DE ESTADO EMPREENDEDORA.**

A construção do espaço livre público do Parque da Prainha foi vinculada as ações dos agentes da produção do espaço com atuação direta na área do Parque, são eles: a Associação de Moradores, os Pescadores e o Poder Público.

Depois de construído e entregue ao público em 1990, o Parque da Prainha ficaria em funcionamento por 19 anos sob manutenção da prefeitura de Vila Velha. Sobre esse período, foram encontrados registros de casos de abandono relacionados à manutenção da estrutura do Parque.

Na reportagem do jornal local, a Tribuna, em 18/06/1997, há destaque para a área do Parque da Prainha com o título de “Perigo e abandono na Prainha”. A presidente da Associação de Moradores Maria Geni Cerutti<sup>17</sup> apontava a iluminação deficiente no Parque como um dos motivos para o aumento da insegurança no local e relatava, também, o perigo para as crianças nos brinquedos quebrados, situação que aparece no trabalho de Veronez, 1997 (Figura 28).

Figura 28 – Parque da Prainha, área de lazer infantil – 1997.



Fonte: VERONEZ. 1997, p. 76.

---

<sup>17</sup> Reportagem A Tribuna – Vitória – ES – Quarta Feira – 18/06/1997.

Em entrevista cedida ao Jornal a Tribuna, Roberto Brochado Abreu apontava: “Há várias pessoas morando na região (do Parque). Eles já colocaram uma poltrona em cima do palanque”. (Jornal a Tribuna p. 7. 18/06/1997)

As atividades do terminal aquaviário cessaram em 2000<sup>18</sup>, alegando baixa demanda. A estrutura do terminal permaneceu no Parque, mas desativada.

O uso do espaço livre público do Parque por mendigos e pessoas que viviam em condições miseráveis foi um discurso praticado na mídia no sentido de justificar, inclusive, a decisão por demolir a estrutura do Parque da Prainha em 2009.

O jornal local, Vila Capixaba<sup>19</sup>, destaca que:

“Para coibir a criminalidade e humanizar o ambiente, serão demolidas nesta segunda-feira (30), a partir das 9 horas, as estruturas do Parque da Prainha, em Vila Velha [...] As estruturas deterioradas são refúgio para criminosos e abrigo para moradores de rua. Serão demolidos os arcos, quiosques, os módulos onde funcionaram serviços municipais, a pista de skate, mesas e cadeiras.” (Fonte: Vila Capixaba, Eliaro: 30/03/2009)

Em outro jornal de circulação local:

“Arcos, quiosques e módulos existentes no Parque da Prainha, em Vila Velha, começaram a ser demolidos na manhã desta segunda-feira (30). As estruturas estavam abandonadas e eram utilizadas por criminosos como pontos de tráfico e consumo de drogas. De acordo com o presidente da Associação de Moradores do bairro, Filipe Pedroso, as estruturas deterioradas serviam também de abrigo para moradores de rua. “Na verdade, não tinha utilidade alguma, por conta da falta de segurança. O parque estava completamente abandonado”. (Folha Vitória 30/03/2009)

---

<sup>18</sup> Fonte: [http://www.gazetaonline.com.br/\\_conteudo/2013/07/noticias/cidades/1453697-aquaviario-quem-pagar-transcol-podera-andar-de-lancha.html](http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2013/07/noticias/cidades/1453697-aquaviario-quem-pagar-transcol-podera-andar-de-lancha.html). Acessado em 10/10/2016.

<sup>19</sup> Fonte: <http://www.vilacapixaba.com/Mostra.asp?Id=758>. Acessado em 10/10/2016.

A maneira como as condições do Parque da Prainha era noticiada e a forma como representantes da Associação de Moradores se posicionavam em relação ao uso das dependências do Parque por moradores de rua e por aqueles que viviam em condições miseráveis, apareciam no sentido de justificar sua demolição, como se a reconstrução fosse resolver a situação em que vivem as pessoas que não têm outro lugar onde dormir, a não ser os espaços públicos da cidade.

Gonçalves (2002) relata esse mesmo cenário em São Paulo:

“[...] pelo fato de algumas classes sociais terem construído modos de socialização que prescindem dos espaços livres públicos urbanos, parte da mídia (especializada ou não) tem veiculado que a idéia e a utilidade do espaço livre público está em xeque. Os jornais e revistas mostram como os espaços estão “invadidos” por camelôs, mendigos e miseráveis e que, portanto, a “população” não os usa mais! Este encaminhamento da discussão é equivocado e perigoso – equivocado por inverter a relação de causa e efeito, pois os espaços espelham as condições da própria sociedade. A melhoria das condições dos espaços urbanos depende de melhorias das condições de distribuição de renda, de acesso à educação e à cidadania pela população e não da exclusão de uma ou outra classe. (GONÇALVES, F. M. 2002, p. 20)

Antes da decisão por demolir o Parque em 2009 e das justificativas veiculadas pela mídia nesse mesmo período, havia um projeto urbano de reforma do Parque da Prainha elaborado em 2007, na gestão do prefeito Max Freitas Mauro Filho, pelo escritório Feuarquitetura e apresentado à comunidade no auditório da Indústria Chocolates Garoto.

O projeto consistia em reformular todo o Parque, criando uma área elevada a um metro na parte central, destinada à realização de eventos (Figura 29).

Duas torres de vidro com apenas escadas em seu interior se colocam como destaque no projeto urbano e iriam compor a nova paisagem do bairro. (Figura 30)<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Fonte (aceso em 03/06/16): <http://www.feuarquitetura.com.br/projetos#main-content>

Figura 29 – Projeto do Parque da Prainha 2 – Feuarquitetura – 2007.



Fonte: Feuarquitetura.

O projeto urbano do Feuarquitetura não foi adiante. A Associação de Moradores questionou a legalidade e a compatibilidade do projeto urbano com as características de um bairro com estruturas tombadas como patrimônio histórico, argumento este que encontra suporte no artigo 18 do decreto de lei 25/1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, ao qual se encaixa o Convento da Penha e a Igreja Nossa Senhora do Rosário, impedindo que qualquer construção obstrua, mesmo parcialmente, a visão de um patrimônio histórico tombado.

**“Art. 18.** Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.” (Lei federal 25/1937, Artigo 18.)

A Associação de Moradores apontava que o projeto destoava da realidade de sítio histórico que guarda o bairro da Prainha e destacava que queria um Parque com brinquedo para as crianças, que transmitisse uma atmosfera bucólica e uma estrutura para receber as pessoas da romaria

e os turistas. Romildo, presidente da Cooperativa de Pesca da Prainha, relatou que não conhecia o projeto do Feuarquitetura.

Figura 30 – Projeto do Parque da Prainha 2 – Feuarquitetura – 2007.



Fonte: Feuarquitetura.

O prefeito Max Freitas Mauro Filho perdeu as eleições em 2008. Quando o sucessor, Neucimar Fraga, assumiu a gestão do município em 2009, nos três primeiros meses de trabalho, ficou decidida a demolição da infraestrutura do Parque da Prainha, começando pelo restaurante desativado. (Figura 31)

Figura 31 – Demolição do Parque da Prainha – 2009.



Fonte: Jornal A Tribuna – 26/03/2009.

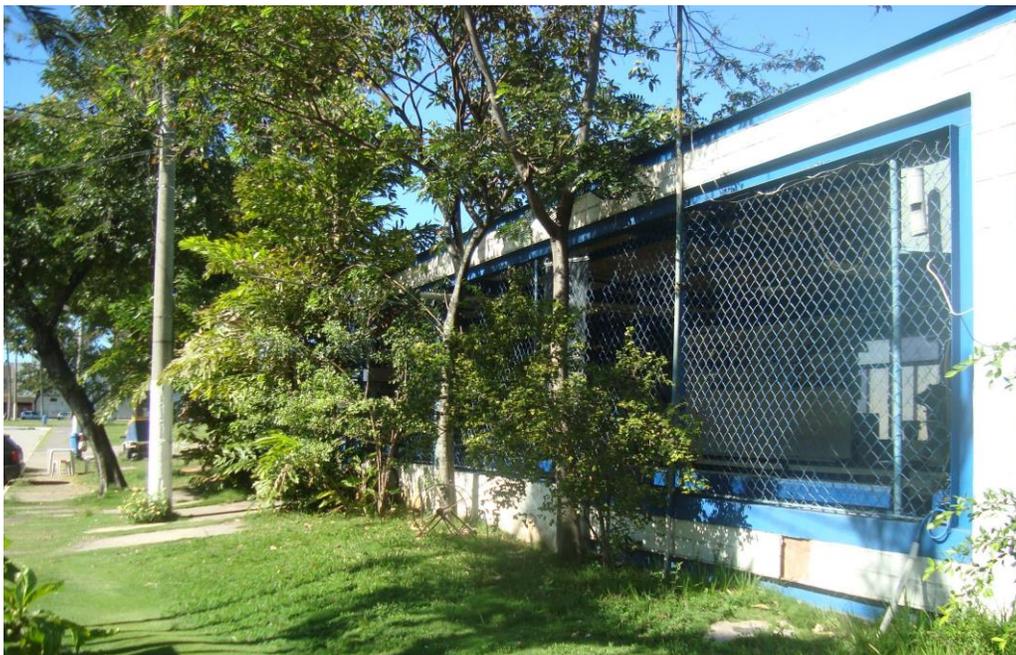
As únicas construções que permaneceram foram o local para a prática de bocha (Figura 32), o campo de futebol, o estacionamento, a guarda da polícia militar, a Cooperativa de Pesca e o local de venda do pescado. O espaço livre público dentro do Parque foi gramado e a iluminação foi melhorada.

O ex-prefeito (2009-2013) Neucimar Fraga, em entrevista cedida ao autor da pesquisa, apontou os motivos da decisão por demolir o Parque:

“Em 2009, quando assumimos o governo, o Parque da Prainha estava sofrendo um processo muito grande deterioração. O projeto arquitetônico concebido na época (Projeto do Gregório Repsold 1989) não potencializava a beleza natural do Parque da Prainha e alguns equipamentos que foram construídos tiravam toda a visão, principalmente do entorno da Igreja do Rosário e do mar, mas quando nós assumimos o governo em 2009, esses equipamentos estavam muito deteriorados e eles serviam de abrigos para moradores de rua, para tráfico de drogas, ou seja, não havia mais um espaço para lazer e entretenimento na

Prainha. Nós então resolvemos, em acordo com o governo do Estado. O governo do Estado nos liberou, nos deu carta branca, porque aquele Parque é do governo do Estado, que estaria em comodato com o governo municipal de Vila Velha, e nós, então, resolvemos fazer a demolição de todos aqueles equipamentos. ” (Entrevista realizada com o ex-prefeito Neucimar Fraga em 17/12/2015)

Figura 32: Estrutura para a prática de bocha. Parque da Prainha – 2016.



Fonte: Franchini. Filipe B.

O discurso de que a população do bairro não usava mais o espaço livre público do Parque da Prainha, devido à ocupação por moradores de rua, reverbera o que era noticiado na mídia e surgia, mais uma vez, como justificativa para demolir a estrutura do Parque, como se a reconstrução fosse resolver os problemas de quem não tem moradia.

Com o processo de demolição da estrutura do Parque da Prainha de 1990, foi questionado, durante a entrevista com o ex-prefeito Neucimar Fraga, se já havia algum projeto urbano para substituir o que estava construído.

“Nós elaboramos um projeto que foi feito em parceria com a ASEVILA<sup>21</sup>, o arquiteto foi o Sandro Pretti, um projeto que devolvia um pouco do valor

<sup>21</sup> Trata-se de um acrônimo utilizado pela própria Associação de Empresários: Associação dos Empresários de Vila Velha.

histórico do Parque da Prainha. Esse projeto foi apresentado ao governo do Estado porque tinha uma parte da obra que era terrestre e uma parte da obra que deveria ser tocada no mar: a criação de um deck era uma dragagem que precisava ser feita no local, foi incluído no projeto de dragagem da CODESA (Companhia Docas do Espírito Santo) para que nós pudéssemos ter ali um aprofundamento do canal e pudéssemos receber ali embarcações, até navio de turistas, além de embarcações da Marinha, que usavam, por falta de espaço daquela região, o berço da CODESA. A ideia era devolver ao Parque da Prainha esse potencial que ele tem. Potencial turístico e os navios de fragatas que sempre que vêm ao Espírito Santo ficam ancorados em Vitória. ” (Entrevista realizada com o ex-prefeito Neucimar Fraga em 17/12/2015).

A constatação da existência de um projeto urbano elaborado pela Associação de Empresários em parceria com a gestão municipal de Vila Velha para reconstruir o Parque da Prainha revela: (1) o posicionamento de um agente da produção do espaço que, até então, não havia manifestado interesse pela área do espaço livre público do Parque e (2) uma outra política de gestão do espaço público da cidade, no que se refere às ações do Poder Público, manifestadas pela prefeitura de Vila Velha.

O projeto arquitetônico urbano, “Uma Vila Moderna”, de autoria do arquiteto Sandro Pretti (Figuras 33 e 34) para a Associação dos Empresários, com parceria do Poder Público municipal, deixa em evidência a perspectiva turística do bairro da Prainha, algo que não aparecia em destaque no Parque da Prainha inaugurado em 1990.

No que se refere à relevância da gestão pública com relação aos aspectos turísticos da Prainha no período de inauguração do Parque em 1990, o governador Max Freitas Mauro somente relata os balneários de Vila Velha como potencial turístico. O centro histórico da Prainha não estava em questão e nem o Parque da Prainha, que tinha acabado de ser inaugurado.<sup>22</sup>

O viés turístico dos novos projetos urbanos para o Parque da Prainha parece ter se tornado uma perspectiva dominante com alinhamento de propostas entre o Poder Público municipal e a Associação de Empresários.

---

<sup>22</sup> Mensagem proferida pelo governador do Estado do Espírito Santo, Max Freitas Mauro, Acompanhada de relatório das atividades do quadriênio 87/91, perante a Assembleia Legislativa estadual, na abertura dos trabalhos da presente legislatura, em 15 de fevereiro de 1991, no palácio Domingos Martins. Governo do Estado do Espírito Santo. 1991.

Figura 33 – Projeto arquitetônico urbano “Uma Vila Moderna” – Sandro Pretti 2009.



Fonte: Associação dos Empresários de Vila Velha.<sup>23</sup>

<sup>23</sup> Acessado no sítio: [http://www.asevila.org.br/index.php?id=/projetos/projeto\\_de\\_revitalizacao\\_do\\_sitio\\_historico\\_da\\_praia/index.php](http://www.asevila.org.br/index.php?id=/projetos/projeto_de_revitalizacao_do_sitio_historico_da_praia/index.php). Acessado em 09/11/2015

Figura 34 – Projeto arquitetônico urbano “Uma Vila Moderna” – Sandro Pretti 2009.



Fonte: Associação dos Empresários de Vila Velha.<sup>24</sup>

<sup>24</sup> Acessado no sítio: [http://www.asevila.org.br/index.php?id=/projetos/projeto\\_de\\_revitalizacao\\_do\\_sitio\\_historico\\_da\\_praia/index.php](http://www.asevila.org.br/index.php?id=/projetos/projeto_de_revitalizacao_do_sitio_historico_da_praia/index.php). Acessado em 09/11/2015.

Nessa linha, fica constatado que o Parque da Prainha de 1989 não foi demolido e sim desconstruído. Sua desconstrução está associada a um parque que não atendia às expectativas dos agentes sociais que atuavam na produção do espaço livre público do Parque. A Associação de Empresários de Vila Velha enxergava uma oportunidade de reconstrução do Parque e elaborava o projeto “Uma Vila Moderna”. Sendo assim, a má condição de infraestrutura e o problema de segurança foram oportunidades para que fosse apresentado um novo projeto para a área, pensado para atender aos interesses turísticos do empresariado; reformar não fazia parte da agenda.

No projeto arquitetônico urbano “Uma Vila Moderna” há o destaque para o potencial portuário da Prainha, com fácil acesso à baía de Vitória, cuja ênfase estava em colocar Vila Velha como ponto principal de atracação dos cruzeiros (Figura 33). O projeto tem como objetivo central aumentar o fluxo de turistas dentro do bairro.

“Os navios de cruzeiros hoje cumprem a sua temporada aqui no Estado nas instalações do Porto de Vitória, porém sem a devida exigência de um grande terminal de passageiros. A enseada da Prainha de Vila Velha reúne tecnicamente as condições naturais para receber um grande projeto contendo um cais de pelo menos 400 metros de comprimento, especializado em navios de passageiros. Para se ter ideia do que isso pode significar para o município, o Porto de Miami nos EUA, que têm instalações desenvolvidas para passageiros recebe por ano cerca de 3.5 milhões de passageiros.” (Projeto ASEVILA: Uma Vila Moderna. 2009, p. 8)

A Associação de Empresários enxergava no bairro da Prainha as condições necessárias para potencializar o fluxo de visitantes, aproveitando, principalmente o aspecto turístico do Convento da Penha, mas não apenas este. A Igreja do Rosário, a Casa da Memória e o Museu Homero Massena apareciam também, como potencial para enriquecer o catálogo de visitas ao bairro da Prainha por turistas. Em entrevista, a responsável pelo setor que representa as ações turísticas da Associação dos Empresários, Grazielle Fraga Reis<sup>25</sup> destacou:

“A região da Prainha reúne as qualidades ideais para ser a porta de entrada do Turismo Capixaba, para os cruzeiros e outras atrações, além de poder visitar o sítio Histórico da Prainha, o turismo tem oportunidade de desembarcar no início da História Capixaba.” (Grazielle Fraga Reis em Entrevista realizada em 16-11-2015)

---

<sup>25</sup> Não há grau de parentesco entre Grazielle Fraga Reis e Neucimar Fraga.

Nessa linha, a ênfase era fornecer, dentro do bairro, serviços, como o da área gastronômica, que atendessem os turistas e garantissem a reprodução do capital investido.

“Com a revitalização da Prainha (reconstrução do Parque), além de movimentar o comércio para a região, é uma região potencial para Vila Velha, pois a cidade já tem uma vocação forte para o Turismo.” (Grazielle Fraga Reis em Entrevista realizada em 16-11-2015)

A estratégia da Associação dos Empresários de Vila Velha para potencializar seus investimentos no bairro da Prainha era criar, não apenas um novo Parque na Prainha, mas se apropriar dos símbolos religiosos, como por exemplo, o Convento da Penha, a Igreja Nossa Senhora do Rosário e a Festa da Penha, sob a perspectiva do valor econômico, transformando-os em mercadorias a serem consumidas no âmbito do turismo.

De acordo com o Neucimar Fraga, a reconstrução do Parque da Prainha não foi adiante devido às ações do governo do Estado:

“O governo do Estado priorizou alguns projetos dentro da área turística e eles acabaram priorizando o Cais das Artes, que é do outro lado da Prainha, um projeto muito mais caro orçado em mais de 200 milhões de reais. O nosso projeto, a parte terrestre, ficava na faixa de 15 milhões de reais e com mais 15 milhões faríamos o deck e a dragagem que precisava, mas não foi priorizado pelo governo do Estado. E, como é uma área do governo do Estado, a prefeitura não tinha como fazer uma obra pertencente ao governo.” (Entrevista realizada com o ex-prefeito Neucimar Fraga em 17/12/2015)

Com o projeto “Uma Vila Moderna” no aguardo de capital para ser construído, a Associação de Empresários de Vila Velha, junto com a Prefeitura, lançou em 2010 seu Plano de Desenvolvimento Sustentável em que se destacaram dez projetos, integrados à cidade, com potencial de rendimento financeiro para os investidores. Trata-se de um plano estratégico de desenvolvimento econômico que é, sem dúvida, a formalização<sup>26</sup> mais acabada da cooperação público-privado em Vila Velha.

Na tabela (Figura 35) estão organizados os dez projetos com potencial econômico distribuídos no município de Vila Velha, que são divididos por áreas prioritárias, com o investimento previsto, a

---

<sup>26</sup> O Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha é resultado do trabalho conjunto do Conselho Operacional da Associação dos Empresários de Vila Velha e do Governo do Estado Municipal.

atividade principal a ser realizada no local e o faturamento médio anual, representando um indicativo do rendimento do capital investido.

Figura 35 - Tabela de Faturamento médio anual equivalente do investimento.

Áreas prioritárias	Atividade Principal.	Investimento previsto* (milhão)	Faturamento médio anual equivalente** (milhão)
1. Enseada Jaburuna.	Terminal Portuário.	1.500	1.551,796.
<b>2. Prainha.</b>	<b>Comércio, serviços e lazer.</b>	<b>50</b>	<b>55,783</b>
3. Centro e Canal Bigossi.	Construção Civil. <sup>27</sup>	2.070	2.141,478
4. Jôquei Clube de Itaparica.	Construção Civil.	2.220	2.296,658
5. Rod. Darly Santos e Vale Encantado.	Indústria e Logística.	1.505	1.679,063
6. Mata do Exército.	Indústria e Logística.	60	66,939
7. Grande Terra Vermelha.	Social (saúde e educação)	221	228,838
8. Faixa Litorânea Sul.	Serviços e Lazer.	260	290,071
9. Aeroporto de Vila Velha.	Aeroporto	100	103,453
10. BR 101.	Indústria e Logística.	60	66,939
<b>Total</b>		<b>8.046</b>	<b>8.481,018</b>

No Projeto 02 – Centro Turístico da Prainha - o bairro é descrito da seguinte forma:

<sup>27</sup> Construção Civil no projeto se refere a estruturas edificadas com destino a moradias e salas comerciais.

“A Prainha possui localização privilegiada, de frente para a Baía de Vitória, podendo ser vista por quem está na Enseada do Suá, em Vitória. Também possui importância histórica, pois foi onde Vasco Coutinho, primeiro donatário, fixou a primeira vila da Capitania Hereditária do Espírito Santo, em 1535. É muito próxima ao Convento Nossa Senhora da Penha (1558), um dos principais pontos turísticos do Estado, por isso é o local onde se realiza parte da Festa da Penha, terceira maior comemoração religiosa do Brasil. O bairro abriga museus e outras construções tombadas pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1551).” (Plano de Desenvolvido Sustentável de Vila Velha. 2010, p. 87)

O projeto coloca em evidência as características do bairro da Prainha, que o sustentariam com um projeto arquitetônico urbano de Parque voltado para o turismo. Ao mencionar o Convento da Penha, o plano enfatiza seu aspecto turístico. Assim segue o plano:

“A revitalização da Prainha tem importância estratégica para o município e para a Grande Vitória, devido a sua importância histórica e potencial turístico. Revitalizada, fará composição com o Convento da Penha e também com a outra margem da Baía de Vitória, onde será construído o Cais das Artes. Pode ser uma oportunidade para desenvolver um espaço público que ofereça nova opção de lazer para o município.” (Plano de Desenvolvido Sustentável de Vila Velha. 2010, p. 87)

Desse modo, durante a gestão de Neucimar Fraga houve a aproximação com a Associação dos Empresários. A cidade de Vila Velha foi demarcada pelos dez projetos econômicos que destacaram o potencial de trazer rendimento do que seria investido. Como o investimento previsto para o bairro da Prainha é o menor de todos os projetos e a serem realizados com o investimento público, parece que a valorização da Prainha seria uma forma de mostrar, para quem viesse investir, que Vila Velha teria potencial na área de cultura e lazer, mas o negócio estaria na Enseada Jaburuna com o Terminal Portuário, no Centro e Canal Bigossi e Jôquei Clube de Itaparica, envolvendo a construção civil com apartamentos e salas comerciais de iniciativa privada.

A ideia de crescimento é uma perspectiva observada em Molotch (1987) em que a cidade aparece como uma máquina de crescimento. Tal crescimento se refere às condições para a reprodução do capital investido na cidade.

Para Molotoch (1987) a estrutura que permite o crescimento da cidade é sustentada a partir da perspectiva do valor de uso e valor de troca das mercadorias.

“Para nós, os atributos fundamentais de todas as mercadorias, mas particularmente os terrenos e edifícios, são os contextos sociais através do qual eles são usados e trocados. Qualquer determinado pedaço de imóvel tem um valor de uso e um valor de troca.”<sup>28</sup> (MOLOTOCH. 1987, p. 1. Tradução nossa.)

O objetivo central está no encontro entre o valor de troca e de uso do solo urbano na cidade, sendo essa a dualidade que estaria acontecendo no espaço livre público da Prainha, envolvendo os agentes sociais que atuam no bairro.

Nessa linha Leite (2007) faz um alerta:

“Falar do patrimônio como mercadoria cultural significa ressaltar seu valor de troca, a partir da ampliação do aspecto econômico dos seus valores de uso. O problema central dessa perspectiva não é a existência de uma dimensão econômica da cultura, mas a redução do valor cultural ao valor econômico, que poderia subsumir a natureza propriamente cultural do patrimônio.” (LEITE. 2009, p. 65)

A Associação de Empresários e o Poder Público trabalham em conjunto para enfrentar pouca resistência social no processo de alcançar as condições necessárias para o crescimento da cidade de Vila Velha, que é vendido como melhoria urbana e qualidade de vida para aqueles que residem na cidade. Assim, “o desafio consiste em conectar o orgulho cívico ao crescimento objetivo, amarrando os presumíveis benefícios econômicos e sociais do crescimento em geral para crescimento na área local.”<sup>29</sup> (MOLOTOCH. 1987, p. 60. Tradução nossa.)

O orgulho cívico ao qual Molotoch descreve aparece no bairro Prainha como um bairro que nasceu da fundação da cidade de Vila Velha, um sítio histórico de mais de quatrocentos anos, com estruturas praticamente tão antigas quanto à própria cidade e o estado. Carr alerta que: "o

---

<sup>28</sup> Segue o original: “For us, the fundamental attributes of all commodities, but particularly of land and buildings, are the social contexts through which they are used and exchanged. Any given piece of real estate has both a use value and an exchange value.” (MOLOTOCH. 1987, p. 1.)

<sup>29</sup> Segue o original: “The challenge is to connect civic pride to the growth goal, tying the presumed economic and social benefits of growth in general to growth in the local area.” (MOLOTOCH. 1987, p. 60)

governo local pode se beneficiar de projetos que melhoram a imagem da cidade e criam pontos de orgulho"<sup>30</sup> (CARR. 1992, p. 12. Tradução nossa).

É importante salientar que o vínculo social relacionado às transformações na cidade, durante o seu percurso histórico, cria memórias, identidades e fundamenta o sentimento de pertencimento. Nesse sentido, o orgulho social aparece no momento em que os moradores se sentem participantes, construtores da própria cidade. Sendo assim, caso a reconstrução do Parque da Prainha satisfaça às intenções da Associação de Moradores e do Grupo Pesqueiro estar-se-á diante de um ponto de orgulho no bairro.

Do ponto de vista da Associação de Empresários, existe a possibilidade em vincular o orgulho cívico dos moradores e pescadores com os potenciais turísticos do bairro, preservando seus elementos que marcam a história local, criando marcos e, assim, pavimentando as intenções da Associação de Empresários com o espaço livre público da Prainha.

Nessa linha Harvey alerta:

“A produção orquestrada de uma imagem urbana também pode, se bem sucedida, ajudar a criar solidariedade social, orgulho cívico e lealdade ao lugar. Inclusive, possibilita que a imagem urbana proporcione um refúgio mental, em um mundo no qual o capital lida, cada vez mais, como lugar não fixo. O empreendedorismo urbano se enreda, nesse caso, com a busca da identidade local, e, como tal, abre um leque de mecanismo para o controle social.” (HARVEY. 2005, p. 185)

Destaca-se que a perspectiva idealizada pela Associação de Empresários no espaço público da área do Parque da Prainha envolve a prática da fundamentação teórica do conceito de agentes descrito por Correa:

“O espaço urbano capitalista [...] é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica da acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem.” (CORRÊA. 1989, p. 11.)

---

<sup>30</sup> Segue o original: "Local government can benefit from projects that help improve that image of the city and create points of pride." (CARR. 1992, p. 12)

Na abordagem do mercado de cidade, em que a gestão do espaço público se torna um nicho em potencial para viabilizar a condição de lucro do capital investido, o papel do Poder Público, atualmente, é essencial para consolidar esse novo mercado voltado para o turismo no qual a Associação de Empresários de Vila Velha pretende se territorializar no bairro.

É evidente que não se trata de uma ação política a ser feita somente em um período de quatro anos de governo. Essa é uma política pública urbana que busca permear os diferentes governos e para que isso aconteça é necessário vincular a estrutura da gestão pública com a cidade voltada para o crescimento econômico. Dessa forma, não importa a mudança de governo, pois todos estarão submetidos à mesma agenda política.

O atual secretário de cultura de Vila Velha, na gestão do então prefeito Rodney Miranda (2013-2016), Leonardo Monjardim destaca em entrevista que:

“Então, o que eu entendo, assim, hoje a visão da Prainha, primeiro você vender aquilo como um sítio histórico, outra coisa que a gente fez também foi uma Lei, porque falava-se muito sítio histórico, mas não tinha uma lei e nem o poligonal, que são 17 pontos onde a gente delimita o que é o sítio histórico.” (Leonardo Monjardim em entrevista realizada 17/12/2015)

A lei em questão é o Plano Municipal de Cultura de Vila Velha, aprovada em junho de 2015. Vale ressaltar que a lei foi aprovada na gestão do atual prefeito Rodney Miranda, o que é um indicativo do processo de continuidade das decisões política do Poder Público, em relação à gestão do espaço público da Prainha, sob orientação e interesses dos empresários.

No primeiro artigo do plano municipal de cultura são descritos os princípios norteadores:

“**Art. 1º** São princípios norteadores do Plano Municipal de Cultura de Vila Velha:

**XII** valorização da arte e cultura como vetor do desenvolvimento sustentável;  
**XV** - Colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura;” (Plano Municipal de Cultura de Vila Velha – Lei 030/2015.

A parceria público-privado busca alinhar os interesses da Associação de Empresários com a política pública municipal e fundamental, no espaço livre público do Parque da Prainha, as

condições necessárias para alavancar o crescimento econômico do bairro sob sustentação da prática turística.

Na lei são descritos os objetivos que se pretende consolidar:

**“Objetivos Gerais, Específicos e Estratégias**

**Art. 4º.** São objetivos gerais e específicos do Plano Municipal de Cultura de Vila Velha:

**IX - Desenvolver a economia da cultura e o consumo cultural:**

- a)** estimular o aumento dos recursos para patrocínio e para copatrocínio no campo da cultura;
  - b)** estimular a formação de público desenvolvendo atividades de cunho artístico e cultural;
  - c)** apoiar a formação de profissionais empreendedores na área da cultura; ”
- (Plano Municipal de Cultura de Vila Velha – Lei 030/2015.)

A economia da cultura pode estar vinculada às atividades que são polarizadas por práticas culturais realizadas no espaço livre público do Parque da Prainha, por exemplo, a Festa da Penha, que pode fomentar o comércio do bairro e os hotéis. O objetivo da prefeitura, segundo o Secretário de Cultura, é ampliar a variedade dessas atividades; e a parceria público-privado é fundamental para isso. Nesse sentido, o Secretário de Cultura exemplifica como é a prática da economia da cultura e o consumo cultural na perspectiva do Poder Público:

“Ali (na Prainha) além de ter esse viés histórico, utilizar aquele espaço do campinho (estacionamento no alto do morro do Convento da Penha) como um lugar que fomenta o turismo e incluir o turismo de eventos, não é? Porque você tem uma área muito boa ali, onde se faz a Festa da Penha tradicional e no ano passado também tivemos uma parceria com a Vivo e o Ministério da Cultura e trouxemos, por exemplo, o show do Michel Telor, que fez toda a organização, toda montagem de lá foi um grupo de São Paulo. Os caras ficaram encantados com aquele espaço (refere-se ao espaço da área do Parque da Prainha). ”

(Leonardo Monjardim em entrevista realizada 17/12/2015)

Na atuação da Secretaria de Cultura de Vila Velha parece haver o favorecimento de práticas culturais vinculadas ao potencial econômico do evento, deixando em evidência o desinteresse por ações culturais de proporção econômica pequena ou nula.

O que se delineou até aqui é o interesse da Associação de Empresários com o projeto “Uma Vila Moderna” direcionado a explorar a perspectiva turística vinculada ao bairro da Prainha. Trata-se de uma ideia vinculada ao Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha, que destaca, na

cidade, os locais com potencial de investimento. O Poder Público, alinhado à perspectiva de crescimento econômico da Associação de Empresários, vem buscando traçar medidas que corroboram com a prática econômica do turismo do bairro da Prainha no âmbito legislativo com o Plano Municipal de Cultura de Vila Velha - 2015.

A partir do Plano Municipal de Cultura e do Plano de Desenvolvimento Sustentável, o que caracteriza a ação política do Poder Público como empreendedorismo de Estado?

Vainer (2009) sem rodeios, define:

“Ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado.” (VAINER. Empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano, p. 86. In. Arantes, Otília. Vainer, B. Carlos. Maricato, Hermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.)

Nesse sentido, as próprias ações do Poder Público, incidindo diretamente na Prainha, com a demolição do Parque, assim como, o discurso do ex-prefeito Neucimar Fraga e do secretário de cultura, apontam para uma gestão política, com impactos territoriais, que entendem as transformações no Parque da Prainha como oportunidade para implantar uma estrutura que desse suporte ao crescimento econômico com base no turismo.

Molotch (1987) descreve essa ação política empresarial do Poder Público que transforma a cidade.

“A cidade torna-se, de fato, uma "máquina de crescimento". A ética de crescimento permeia praticamente todos os aspectos da vida local, incluindo o sistema político, a agenda para o desenvolvimento econômico e até organizações culturais como times de baseball e museus.”<sup>31</sup> (MOLOTCH. 1987, p. 13. Tradução nossa.)

---

<sup>31</sup> Segue o original: “The city becomes, in effect, a "growth machine". The growth ethic pervades virtually all aspects of local life, including the political system, the agenda for economic development, and even cultural organizations like baseball teams and museums.” (MOLOTCH. 1987, p. 13)

Assim, a cidade é apresentada como palco de negócios a partir da realização de políticas de gestão do espaço público que, nesse caso da Prainha, busca fortalecer a atividade econômica relacionada ao turismo a partir do consumo do espaço que caracteriza o bairro como sítio histórico.

Leonardo Monjardim, Secretário de Cultura de Vila Velha, destaca a importância do fortalecimento da conceitualização da prática turística no bairro da Prainha.

“Para fortalecer um ponto turístico, além de criar uma infraestrutura você tem que criar o conceito, esse conceito você precisa construir através dessa forma, não é? Começar a fazer os tombamentos ali, criar o marco zero e fazer um monumento que represente esse marco zero, é caracterizar o sítio histórico através de um marco com a poligonal que foi feito com a legislação e agora precisa fazer de uma forma sinalizada e criar um projeto com um circuito histórico da Prainha onde você pode trabalhar com as pessoas que chegam ao Convento da Penha” (Leonardo Monjardim em entrevista realizada 17/12/2015)

A criação de novos monumentos na Prainha não faz o menor sentido no aspecto da representação histórico-cultural, visto que, trata-se de um bairro que já tem esse tipo de símbolo.

A principal razão de se construir novos monumentos está no enriquecimento do catálogo de pontos para visitação turística no qual a fabricação de símbolos no espaço público é uma forma desesperada de diversificar o cardápio de consumo turístico do espaço produzido.

Nessa linha, o arquiteto Sandro Pretti, autor do projeto “Uma Vila Moderna” de 2009-2012, em 2013 trabalhou com outro projeto para o Parque da Prainha, mantendo a perspectiva dos Empresários com a marina, que agora recebeu o nome de Praça das Águas, com o aporte para os cruzeiros e fragata da Marinha (Figura 37).

A maior mudança, em relação ao projeto urbano “Uma Vila Moderna”, está nas construções na área do aterro que sustenta o Parque, pois a perspectiva turística com um píer para atracação de cruzeiros permanece.

Em entrevista, Sandro Pretti, relatou que fez um trabalho junto com o público que se apropria da área do Parque com o intuito de saber a demanda do local para o espaço livre público. São eles: membros da Associação de Moradores; Romildo, presidente da Cooperativa de Pesca; os praticantes de bocha e o grupo do futebol de domingo. Sandro apontou que o trabalho com o público aconteceu antes da realização do projeto de 2013 e após, apresentando o resultado.

Sandro Pretti destacou ser de interesse da Associação de Moradores que dentro do novo Parque exista um espaço destinado a atender aos participantes da romaria durante a Festa da Penha, onde seja possível se alimentar e ir ao banheiro. (Figura 36).

Figura 36 – Projeto Prainha – Centro de apoio ao romeiro– Sandro Pretti.



Fonte: <http://pretti.com.br/pracas.html>. Acessado em 10/10/2016.

Esse espaço, de acordo com Sandro Pretti, passaria a atender aos turistas e funcionaria durante o ano inteiro.

Figura 37 – Projeto Parque da Prainha – Sandro Pretti 2013.



Fonte: <http://pretti.com.br/pracas.html>. Acessado em 10/10/2016.

Outro espaço que apareceu com a demanda da Associação de Moradores foi um novo ambiente para o acervo da Casa da Memória, pois esta se encontra sem lugar para novas aquisições, não havendo local adequado para guardar todo o acervo. Nesse sentido, foi projetado o Memorial da Cidade (Figura 38).

Figura 38 – Projeto Prainha – Memorial da Cidade e Pista de Skate – Sandro Pretti.



Fonte: <http://pretti.com.br/pracas.html>. Acessado em 10/10/2016.

A Cooperativa de Pesca, cujo presidente é o Romildo, relata que só conhecia o projeto arquitetônico urbano para o Parque da Prainha de 2013 do Sandro Pretti.

Sandro Pretti mantém a estrutura hoje utilizada pela Cooperativa de Pesca. Acrescenta dois restaurantes na parte superior com vista para a baía de Vitória, um horto mercado, faz melhorias na área de manutenção das embarcações e cria os espaços onde serão realizados os serviços demandados pelos cooperativados (Figura 39).

Romildo explica que atualmente, na Cooperativa de Pesca, o pescador busca o peixe em alto mar e descarrega na Cooperativa, onde é feito o processamento e depois a venda no mesmo local. De acordo com Romildo, o objetivo é diminuir os custos de produção e maximizar os ganhos, os pescadores ficam com 60% da produção e os 40% restantes, com a Cooperativa, destinados a manutenção do local. No mesmo ambiente, onde os pescadores da Cooperativa trabalham, há espaço para a manutenção das embarcações. Sandro Pretti relata que contempla, no projeto, um estaleiro para realizar essas manutenções nas embarcações.

Romildo destaca que as principais demandas são locais no espaço físico da Cooperativa onde o pescador possa ter atendimento com dentista e um trabalho com o serviço social. Sandro Pretti destina ambientes na própria estrutura do Pavilhão Mar cujos usos contemplariam esses serviços.

O que intriga, em relação às demandas da Cooperativa de Pesca, é o seu caráter expansionista, pois no Parque da Prainha de 1989 havia apenas o píer na facilitação do trabalho do pescador. Já, no decorrer da década 1990, a Cooperativa passa a operar em uma estrutura edificada com dois pavimentos na área do Parque e atualmente busca serviços públicos para atender exclusivamente ao pescador.

A Colônia de Pesca é formada por pescadores independentes, não cooperativados. Esses pescadores vendem os peixes a empresas privadas que atuam no Parque da Prainha. São elas: Brisamar, Ribamar e a Braspesca. Na Colônia, foram entrevistados o Elmo, o Bragança e a Elaine; foi documentado o desconhecimento de todos os projetos arquitetônicos urbanos analisados nessa pesquisa, inclusive o do Sandro Pretti de 2013.

Eles afirmaram que independente do que seja construído na área do Parque, dificilmente deixariam a Prainha, pois é um local tradicionalmente conhecido como de venda de peixes, e que durante o final de semana o local fica cheio de clientes.

No projeto de 2013 é feita a reorganização do espaço onde, atualmente, se concentra o local para a venda do pescado na área do Parque, com as empresas privadas e a Cooperativa. De acordo com Sandro Pretti, ninguém é removido de lá.

Figura 39 – Projeto Prainha - Pavilhão Mar – Sandro Pretti.



Fonte: <http://pretti.com.br/pracas.html>. Acessado em 10/10/2016.

No projeto arquitetônico urbano de 2013, do Sandro Pretti, existe uma grande área a qual foi denominada de Área da Esplanada. Trata-se de um ambiente aberto, sem construções, com monumentos em forma de estátuas. De acordo com Sandro estas seriam em escala humana, com representantes do passado histórico local. (Figura 40). Sandro aponta que a Esplanada foi projetada para receber os eventos da Festa da Penha que acontecem hoje, na área do Parque. (Figura 41)

Figura 40 – Projeto Prainha – Esplanada com estátuas – Sandro Pretti.



Fonte: <http://pretti.com.br/pracas.html>. Acessado em 10/10/2016.

Figura 41 – Projeto Prainha – Área da Esplanada – Sandro Pretti.



Fonte: <http://pretti.com.br/pracas.html>. Acessado em 10/10/2016.

O espaço livre da Esplanada, idealizado para receber a Festa da Penha, que é uma atividade de orgulho cívico, justificando o espaço livre, sem dúvida será usada para outros eventos, como já aconteceu, com a realização de shows que impulsionam o turismo de negócios.

A Associação de Moradores, embora não discorde das estruturas apresentadas no projeto do Pretti 2013, tem receios em relação à manutenção de um Parque como o do projeto arquitetônico urbano do Sandro Pretti de 2013:

“Vê um projeto desse (projeto do Pretti de 2013), um projeto faraônico e supermoderno, não temos estrutura para aguentar isso aqui, isso precisa de manutenção. O que se fez aqui foi destruído (Parque da Prainha de 1990), o problema da manutenção foi muito falado na época da apresentação do projeto.” (Entrevista realizada com membros da Associação de Moradores da Prainha em 21/10/2015)

O atual secretário de cultura de Vila Velha aponta as dificuldades em tirar do papel qualquer projeto arquitetônico urbano para o Parque da Prainha, ainda que, destacando os potenciais econômicos:

“Tem projetos com expectativa de investimos de 45 milhões, quer dizer, é brincadeira, não é? É sonhar com algo que não vai ser realizado, infelizmente. Tem que ver a realidade do investimento, porque embora seja um lugar que dê para se trabalhar um retorno e é certo que teria, porque você pode ter uma arena de eventos, você pode ter uma arena esportiva, não é? Pode ter restaurantes para fortalecer a gastronomia capixaba. Particularmente, acho pouco provável que aconteça, sabe por quê? Para pensar, se você tem a possibilidade de fazer um investimento desse numa cidade igual Vitória, é viável. O problema é o seguinte, uma cidade igual a Vila Velha, está faltando creche ainda, porque existe uma demanda represada, está faltando posto de saúde, está faltando fazer drenagem e pavimentação de não sei quantas ruas por aí fora. Então falta muita coisa de políticas básicas, de infraestrutura, que para atender a isso, eu sei que é importante, mas, como é que você vai justificar um investimento de 45 milhões se tem não sei quantas crianças que não estão na creche, na escola, pessoas que não são atendidas no posto de saúde por conta de falta de espaço físico, de acomodação, de médico. É uma cidade que tem muitos problemas, que é geograficamente muito grande, com uma população enorme, com arrecadação muito pequena. É complicado. (Leonardo Monjardim em entrevista realizada 17/12/2015)

O espaço livre público do Parque da Prainha, mesmo com todos os projetos arquitetônicos urbanos analisados na pesquisa, pode estar longe de ser construído. As disputas territoriais entre os agentes sociais no âmbito projetos, apontando o que construir e com quais usos, influenciarão sobremaneira a sociabilidade dentro do bairro da Prainha em Vila Velha.

## **5- REFLEXÕES FINAIS.**

Quando o processo de aterramento da enseada da Prainha foi iniciado em 1970 e consolidado em 1980, não era apenas a enseada que estava sendo aterrada, mas todos os usos e lembranças do que se vivenciou ali, e que não se repetirá em outras gerações.

A construção do Parque da Prainha em 1989 foi resultado de ações da Associação de Moradores junto ao Poder Público durante a década de 1980. O Parque viabilizou a prática socioespacial, associada à apropriação, a lazer e festividades relacionadas à Festa da Penha.

O engajamento da Associação de Moradores, buscando resgatar o espaço público de lazer da Prainha, teve sua importância no processo de construção do Parque da Prainha em 1990. Não era uma ideia nova, afinal já houve o Jardim Público em 1920.

O conceito de um Parque na Prainha reapareceu como um local de lazer à sombra das árvores, mas que fosse também um ambiente que permitisse a prática pesqueira, além de servir de apoio à tradicional Festa da Penha.

Ao longo dos 19 anos de funcionamento do Parque apareceram problemas relacionados à sua manutenção, que levaram os moradores a reclamar de questões como insegurança e as condições impraticáveis dos equipamentos.

A insatisfação do público em relação à qualidade das estruturas do Parque da Prainha em 2009 foi o início do processo de desconstrução do Parque de 1989 e da proposta de reconstrução de outro no local logo, em seguida.

O projeto arquitetônico urbano “Uma Vila Moderna”, da Associação de Empresários, foi a proposta imediata a ser implantada na Prainha com a desconstrução. O projeto dos empresários buscava intensificar a dinâmica turística do bairro, transformando a sociabilidade das suas práticas sociais territorializadas. As potencialidades econômicas foram enaltecidas no projeto.

O apoio do Poder Público se fez fundamental, pavimentando uma legislação que desse suporte às práticas econômicas e culturais por meio de eventos com potencial para o turismo de negócios, além dos patrimônios tombados que já funcionam nessa linha, movimentando o turismo.

Quando o projeto arquitetônico urbano “Uma Vila Moderna” é reformulado por Sandro Pretti em 2013, buscou-se inserir as propostas de outros agentes sociais, pois o projeto anterior estava completamente voltado aos interesses da Associação dos Empresários. Houve, então, a inserção de outras estruturas no projeto de interesse da Associação de Moradores, como o Memorial, substituindo a Casa da Memória, e o centro de apoio ao turista, que nasceu da ideia de apoiar os romeiros na Festa da Penha. Seriam os mesmos elementos da ocasião da construção do Parque da Prainha, em 1989.

O grupo pesqueiro permanece no Parque da Prainha. Com o projeto do Pretti de 2013, o local de trabalho da Cooperativa de Pesca é melhorado e o local de venda do pescado, envolvendo as empresas privadas, também passa por melhorias.

A falta de recurso é a justificativa fornecida pelo Poder Público para a não reconstrução do Parque da Prainha. Mesmo que as obras de reconstrução não tenham sido iniciadas, as discussões entorno dos projetos urbanos a serem implantados na Prainha apontam um rearranjo do espaço livre público do Parque com a produção de uma imagem, representada pelos projetos urbanos, voltada para o suporte de negócios com viés turístico, podendo imprimir outra sociabilidade nos espaços públicos do bairro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

Annals of the Association of American Geographers 70 (june 1989).

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. 352 p

ASEVILA - Associação dos Empresários de Vila Velha. **Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha**. 120p

ANCHIETA, Setúbal José. **Ecos de Vila Velha**. 2001.

BOTELHO, R. Tarcísio. **A revitalização da região central de Fortaleza (CE): NOVOS USOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE**. In. FRÚGOLI JUNIOR, Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Org.). **As Cidades e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas; São Paulo: EDUSP, 2006. 407 p.

CARLOS, Ana Fani A. Volochko, Danilo. Alvarez, Isabel P. (orgs). **A CIDADE COMO NEGÓCIO**. São Paulo: Contexto, 2015, 272p. (Metageografia; v 2)

CARR, Stephen. **Public space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. 400p. (Cambridge Series in Environment and Behavior.)

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 94p.

COSGROVE, Denis. **A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: CÔRREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

COSTA, Rogério H. da. **O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade**. 5. ed., rev Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 395 p.

DELEUZE, Gilles. **O Abcdário de Gilles Deleuze**. Documentário filmando em 1996. O trecho utilizado na pesquisa aparece a partir dos 18 minutos de vídeo.

DUARTE, Maria da Gloria de Freitas. **Vila Velha de outrora: pesquisa sobre as tradições de Vila Velha**. Vitoria, 1990.

FREITAS, J. F. B. **Aterros e decisões políticas no município de Vitória: efeito cascata**. 2004. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Sessão temática 4 "Políticas Públicas e Instrumentos do Urbanismo

GALVÃO, Altair Aparecido. **Políticas públicas urbanas, espaço público e segregação em Maringá-PR**. Tese de Doutorado apresentado à Comissão de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profa. Dra. Celene Tonella. 2012

GEHL, Jan. **Cities for people**. Washington, DC: Island Press, 2010. XI, 269 p.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **Os parques urbanos e a Produção do Espaço Urbano**. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 304 p.

Grande Vitória: Sistema de Transporte Aquaviário – Estudo de Localização, Dimensionamento e Projetos alternativos do Novo Terminal do Centro. Março 1978. Governo do Estado do Espírito Santo. Instituto Jones Dos Santos Neves.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 306 p

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004. 382 p.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011. 235 p.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006. 251 p.

Jornal ATRIBUNA. Novo Parque para da Prainha. P. 10. 31/8/2007.

\_\_\_\_\_. Prainha vai ter bondinho para turismo. P. 9. 28/5/2011.

\_\_\_\_\_. Vila Velha vai ter marina com hotel, lojas e bares. P. 29. 2/6/2011.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP; Aracaju, SE: Ed. da UFS, 2007. 342

\_\_\_\_\_. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 15, pp. 21 - 37, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999. 178 p.

LOGAN, John R. Molotch, Harvey L. **Urban Fortunes The political economy of place.** University California Press. 1987.

MENDONÇA, E. M. S. **PREOCUPAÇÕES ACERCA DA PAISAGEM EM VITÓRIA (ES)** – panorama da pesquisa e seus desdobramentos. Paisagem Paisagem Ambiente: ensaios - n. 23 - São Paulo - p. 264 - 272 - 2007.

\_\_\_\_\_ **APROPRIAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO: ALGUNS CONCEITOS.** Revistas estudos e pesquisas em psicologia. Volume 7, n. 2 (2007). ISSN 1808-4281. Disponível no sítio <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10926/8628>

Mensagem à Assembleia Legislativa – 1973. **Arthur Carlos Gerhardt Santos**; p. 147. Vitória: 1973.

Mensagem à Assembleia Legislativa – 1978. **Elcio Alvares**; p. 147. Vitória: 1977.

Mensagem proferida pelo governador do Estado do Espírito Santo, **Max Freitas Mauro**, Acompanhada de relatório das atividades do quadriênio 87/91, perante a Assembleia Legislativa estadual, na abertura dos trabalhos da presente legislatura, em 15 de fevereiro de 1991, no palácio Domingos Martins. Governo do Estado do Espírito Santo. 1991.

Plano Municipal de Cultura de Vila Velha – Lei 030/2015.

PORTUGUEZ. Anderson Pereira. OLIVEIRA, Rafael Gumiero. Os (des)caminhos do Planejamento Municipal do Turismo: o caso da revitalização do Sítio Histórico de Vila Velha (Espírito Santo Brasil). In. Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium, Uberlândia, v. 2, n. 2, p.305-322, jul./dec. 2011

Projeto ASEVILA: Uma Vila Moderna. 2009, p.14.

Reportagem A Tribuna – Vitória – ES – Quarta Feira – 18/06/1997.

Revista AGORA - **Um Parque para a Prainha.** P. 24, 25 e 26. Junho e Julho de 1988.

Revista AU 27. **Pontuando a Cidade.** dez/89-jan/90, p. 104-105.

ROUANET, Sergio Paulo. **Mal-estar na modernidade:** ensaios. São Paulo: companhia das letras, 1993.

SEGRE, Roberto. Ortiz, Daniela. **Praça Mauá: um portal dinâmico da Cidade Maravilhosa.** In: VAZ, Lilian Fessler; ANDRADE, Luciana da Silva; WELCH GUERRA, Max (Org.). **Os espaços públicos nas políticas urbanas:** estudos sobre o Rio de Janeiro e Berlim. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2008. 196 p.

SANTOS, Jair. **Vila Velha: onde começou o Estado do Espírito Santo**: fragmentos de uma história. 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002. 384 p.

\_\_\_\_\_ **Espaço e método**. 3. ed. - São Paulo: Nobel, 2008. 88p.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, c1988. 447p.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto; Salvador, BA: EDUFBA, 2007. 205 p.

\_\_\_\_\_ **EXPERIÊNCIA E VIVÊNCIA, PERCEPÇÃO E CULTURA: UMA ABORDAGEM DIALÉTICA DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM BAIROS POPULARES DE SALVADOR-BAHIA**. R. RA'E GA, Artigo Publicado em: Curitiba, n. 8, p. 19-32, 2004. Editora UFPR.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 4ed. São Paulo. 20015.

SCHAYDER, José Pontes. **História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada, 1535-2002**. Campinas: Companhia da Escola, 2002. 171 p.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto; Salvador, BA: EDUFBA, 2007. 205 p.

SIQUEIRA, MARIA DA PENHA SMARZARO. **A cidade e a urbanização no ideário da modernidade republicana**. In: Caderno de resumos e Anais do 2º Seminário Nacional da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: EdUFOP, 2008.

SMITH, Jonathan. **Philosophy and Geography II: The production of public space**. Published in USA by Rowman & Littlefield. 1998.

SOBARZO Miño, Oscar Alfredo. **Os Espaços da sociabilidade segmentada** : a produção do espaço público em Presidente Prudente. Tese (Doutorado em Geografia) –Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente : [s.n.], 2004. 221 f. : il., graf. + mapas. Orientador: Maria Encarnação Beltrão Sposito.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632 p.

\_\_\_\_\_. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** 2007, p. 84. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 352 p

TROMPOWSKY, Mario. **Espaço público como território: uma sucinta reflexão.** In: VAZ, Lilian Fessler; ANDRADE, Luciana da Silva; WELCH GUERRA, Max (Org.). **Os espaços públicos nas políticas urbanas: estudos sobre o Rio de Janeiro e Berlim.** Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2008. 196 p.

VALVERDE, Rodrigo R.H.F. **A transformação da noção de espaço público: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca.** ix, 246p, il. Tese de Doutorado em Geografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/IGEO/PPGG, 2007. Orientador: Paulo Cesar da Costa Gomes.

VAINER, Carlos B. Pátria, **Empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.** In. Arantes, Otilia. Vainer, B. Carlos. Maricato, Hermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **A utilização dos agentes sociais nos estudos de Geografia Urbana: avanço ou recuo?** In: SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** – São Paulo: Contexto, 2011, p.75-96.

VERONEZ, Vanuza, Ferreira. **Projeto Prainha: desenho de um percurso.** Monografia apresentada ao Departamento de arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo sob orientação das Profs. Eneida Maria Souza Mendonça e Renata Hermann de Almeida.